PUBLICIDADE LEGAL

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

COMPANHIA FECHADA

CNPJ/MF n.º 94.845.674/0001-30 NIRE n.º 43-3-0000283 7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente, ficam os Srs. Acionistas convidados a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") da **Refinaria de Petróleo Riograndense S/A ("Companhia")**, que se realizará no dia 25 de abril de 2023, às 11 horas, na modalidade **exclusivamente digital**, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/76 e da regulamentação aplicável e, apenas para fins legais, na sede social da Companhia, situada na Rua Engenheiro Heitor Amaro Barcellos, n.º 551, na Cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, para deliberar sobre a seguinte Ordem do dia: 1-Exame, discussão e votação do relatório da administração, das demonstrações financeiras e do balanço patrimonial, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; 2-Deliberação sobre o orçamento de capital da Companhia; 3-Destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo a deliberação acerca da distribuição de dividendos a serem pagos pela Companhia, e; 4-Fixação do montante de remuneração global anual para os administradores da Companhia. **Participação na Assembleia:** a Assembleia acontecerá de forma exclusivamente digital, mediante participação e votação à distância, através da plataforma Microsoft Teams, conforme autorizado pela Lei nº 6.404/76, art. 124, §2º-A, e observado o regulamento disposto na IN 81/2020-DREI e suas alterações. Todas as orientações necessárias para acesso, participação, e votação à distância estarão disponíveis no endereço eletrônico: http://www.refinariariograndense.com.br/uploads/demonstrativo_arquivo/20230405025747Edital_Convocacao_AGO_2023.pdf Os Acionistas, para participarem da presente Assembleia, deverão apresentar extrato emitido em até 02 (dois) dias úteis antecedentes à realização da Assembleia, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante. Nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76, os Acionistas poderão ser representados na Assembleia por um procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, sendo necessária a apresentação do respectivo instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, o qual deverá ser depositado na sede social da Companhia ou enviado através do e-mail elisa.gayer@refinariariograndense.com.br, até às 11 horas do dia 20 de abril de 2023, sob pena do procurador não poder exercer o mandato. Rio Grande, 14 de abril de 2023. **ARLINDO MOREIRA FILHO Presidente do Conselho de Administração**

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O
APP JC
Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

Últimas notícias
Versão para folhear
Notificações das notícias mais importantes

DISPONÍVEL NO Google play
DISPONÍVEL NA App Store

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA FARROUPILHA S. A., Indústria Metalúrgica

CNPJ. N° 87.834.883/0001-13 – NIRE: 43300011607 – Farroupilha – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 24 de abril de 2023, às 15h00min (quinze horas), na sede da Companhia sita na Rodovia ERS 122, Km 61, Distrito Industrial, em Farroupilha, RS, CEP 95178-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I - EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer da Auditoria Independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e, o Parecer do Conselho Fiscal relativo aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo; e, **4.** Eleição do Conselho Fiscal; e, **II - EM AGE: 1**. Ampliação do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e, **2.** Consequente alteração do artigo 3º do estatuto social. Farroupilha, RS, em 13 de abril de 2023.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA GARIBALDI S.A., Ind. Metal.

CNPJ. N° 90.049.792/0001-81 – NIRE: 43300011658 – Garibaldi – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 24 de abril de 2023, às 09h00min (nove horas), na sede da Companhia sita na Rua Tramontina, nº 600, em Garibaldi, RS, CEP 95720-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I - EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer da Auditoria Independente relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; e, **3.** Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo; e, **II - EM AGE: 1**. Alteração do endereço da Filial 02 (Centro Logístico); **2.** Criação da Filial 04 (Organizadores); e, **3.** Consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social.

Garibaldi, RS, em 13 de abril de 2023.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA

CNPJ/MF nº: 93.015.006/0001-13 | NIRE: 43.300.016.030

AVISO

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na Sede Social da Companhia, localizada na Av. Plínio Brasil Milano, nº 1000, 4º andar, nesta Capital, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404 de 15.12.1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Porto Alegre, 14 de abril de 2023.

Claudio Zaffari
Diretor Superintendente

Ivo José Zaffari
Diretor Superintendente

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br

comercial@jornaldocomercio.com.br

(51) 3213-1333 / 3213-1338

(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

IPSUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA S.A.
CNPJ/ME Nº 37.070.559/0001-06 - NIRE 43.300.064.743

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA S.A. Ficam convocados os Debenturistas da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da IP Sul Concessionária de Iluminação Pública S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Doutor João Inácio, nº 1130, CEP 90.230-181, Navegantes, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 37.070.559/0001-06 e na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ("JUCISRS") sob o NIRE nº 43.300.064.743 ("**Emissora**"), a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, com filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Bloco B, Sala 1401, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, neste ato representada na forma do seu contrato social, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos Debenturistas ("**Agente Fiduciário**") a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("**Assembleia**"), **a ser realizada em 27 de abril de 2023 às 10h, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma *Microsoft Teams*,** conforme Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), nos termos deste edital, conforme cláusula 8.1. da Escritura de Emissão, celebrada em 27 de janeiro de 2022, para deliberar sobre: a) A não declaração de vencimento antecipado das Debêntures pelo não atingimento pela Emissora do índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; b) Concessão de waiver para a não observância do ICSD mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) a serem apurados trimestralmente em 2023; e c) Autorização ao Agente Fiduciário e Emissora para que pratiquem todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima, incluindo, mas não se limitando, a celebração do aditamento à Escritura de Emissão e de quaisquer outros documentos que sejam necessários para fazer frente às deliberações. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença Debenturistas que representem, no mínimo, **50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma)** das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com **qualquer número** das Debêntures em Circulação, conforme cláusula 8.3.1. da Escritura de Emissão. As deliberações serão tomadas em primeira convocação por Debenturistas que representem, no mínimo, **50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma)** das Debêntures em Circulação ou em segunda convocação pela maioria dos Debenturistas presentes, desde que representem, no mínimo, 2**5% (vinte e cinco por cento)** das Debêntures em Circulação, conforme cláusulas da Escritura de Emissão a seguir: 5.5, em relação à ordem do dia (a); conforme cláusula 8.4.3, em relação à ordem do dia (b) e conforme cláusula 8.4.1 em relação à ordem do dia (c). A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora e/ou Agente Fiduciário àqueles Debenturistas que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para raimundodantas@ipsulpoa.com.br / juan.camatti@stesa.com.br e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortx.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Debenturista; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Debenturista poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. O Agente Fiduciário disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (www.simplificpavarini.com.br). A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de Debenturista ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Porto Alegre, 14 de março de 2023.

IPSUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA S.A.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA MADEIRAS S. A.

CNPJ. 93682854/0001-86 – NIRE: 43300042588 – Encruzilhada do Sul – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 26 de abril de 2023, às 11h00min (onze horas), na sede da Companhia sita na Rodovia Prefeito Hercio Alves Rodrigues, RST 471, Km 233 em Encruzilhada do Sul, RS, CEP 96610-000, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I - EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer da Auditoria Independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e, o Parecer do Conselho Fiscal relativo aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; e, **4.** Eleição do Conselho Fiscal. **II - EM AGE: 1**. Ampliação do objeto social da Companhia mediante a inclusão de novas atividades; **2.** Proposta da Diretoria para aumento do Capital Social em R$ 3.000.000,00, mediante subscrição particular pelos acionistas; e, **3**. Sua consequente alteração estatutária. Encruzilhada do Sul, RS, em 17 de abril de 2023.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.

NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Departamento comercial (51) 3213 1333
Atendimento ao assinante (51) 3213 1300
Vendas de assinaturas (51) 3213 1326
Redação (51) 3213 1362

Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA ELETRIK S. A.

CNPJ nº 88.674.080/0001-01 – NIRE: 43300025225 – Carlos Barbosa – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 25 de abril de 2023, às 09h00min (nove horas), na sede da Companhia sita na Rodovia BR-470/RS, Km 230, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I - EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer da Auditoria Independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e, o Parecer do Conselho Fiscal relativo aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; e, **4.** Eleição do Conselho Fiscal. **II - EM AGE: 1**. Alteração do endereço da filial 02 em Rio Claro, SP; **2.** Alteração do prazo do mandato da Diretoria; e, **3**. Consequentes alterações dos artigos 2º e 16 do Estatuto Social. Carlos Barbosa, RS, em 14 de abril de 2023.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Reflorestadores Unidos S/A

CNPJ 88.647.896/0001-46 - NIRE 43 3 0002032 1

Assembleia Geral Ordinária - Convocação. Convocamos os senhores acionistas para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada dia 26 de abril de 2023, na sede da empresa, na RS 020, Km 135, Fazenda Espírito Santo, município de Cambará do Sul, RS, CEP 95482-000, às 09:00 horas, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária: 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2022; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; 3. Fixar a remuneração global dos administradores. Cambará do Sul - RS, 13 de abril de 2023. Miguel Ângelo Letti - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Construtora Sultepa S/A
Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 89.723.993/0001-33 / NIRE 43300002357

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Construtora Sultepa S/A - Em Recuperação Judicial (a "Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (a "Assembleia"), a ser realizada no dia 08 de maio de 2023, às 08h30min, na sede da Companhia, na Rua Sérgio Jungblut Dieterich, nº 1200, bairro Sarandi, CEP 91060-410, em Porto Alegre/RS, para examinarem, discutirem e votarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** o relatório da administração, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** a proposta da administração para a destinação dos resultados relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro 2022; **(iii)** a eleição dos membros do conselho de administração da Companhia; e **(iv)** a fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2023. Informações Gerais: Em virtude de a Companhia estar com a negociação de ações na bolsa de valores suspensa, não será possível que o acionista exerça seu direito de voto por meio do sistema de boletim de voto a distância. Para fins de melhor organização, os administradores recomendam aos acionistas que queiram participar da Assembleia, que depositem na Companhia, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data de realização da Assembleia, o instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista. Porto Alegre/RS, 17 de abril de 2023. **Pompilio Vieira Loguércio - Presidente do Conselho de Administração.**

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRANSCONTINENTAL LOGÍSTICA S.A.
Em Recuperação Judicial
CNPJ 87.951.448/0001-79 - NIRE 43 3 0003988 9
Assembleia Geral Ordinária - Edital de convocação
São convidados os senhores acionistas da TRANSCONTINENTAL LOGÍSTICA S.A. (em recuperação judicial), a se reunirem na sede social da companhia à Rua Prof. Guilhermo Enrique Dawson, 350 - Bairro Zona Portuária - Rio Grande/RS - CEP 96.204-400, às 14 horas do dia 28 de abril de 2023 a fim de tratarem da seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2022; b) Outros assuntos correlatos e de interesse da sociedade. Rio Grande, 17 de abril de 2023.
Denise Maria Vietti Bitencourt Fraccaro - Diretora.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

FORJASUL CANOAS S. A., IND. METALÚRGICA

CNPJ nº 88.313.853/0001-24 – NIRE: 43300003621 – Canoas – RS.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA, DE 27/04/2023, ÀS 14h00min. E ÀS 15h00min, RESPECTIVAMENTE

Ficam os acionistas de Forjasul Canoas S/A Indústria Metalúrgica, com sede na Rua Tupi, 200, Bairro Igara, em Canoas/RS, CEP 92.410-310, **CONVOCADOS** para, em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, que ocorrerá no dia 27 de abril de 2023, às 14:00 hrs, na sede social da Companhia, deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA 1)** Alterar o Artigo 15 do Estatuto Social para o fim de alterar a periodicidade das reuniões do Conselho Administração de mensal para trimestral, ficando o texto consolidado da seguinte forma: *"Artigo 15 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente."; e,* ***2)*** Alterar o artigo 21 do Estatuto Social para alterar o número de Membros do Conselho Fiscal de 3 para até 5 membros, de modo que o texto ficará consolidado da seguinte forma: *"Artigo 21 - O Conselho Fiscal compor-se-á de mínimo três (3) e máximo cinco (5) Membros efetivos e; mínimo três (3) e máximo cinco (5) Suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, permitida a reeleição."* A proposta da consolidação do estatuto social, com a alteração referida na ordem do dia supra, está à disposição dos acionistas, na sede da Companhia – art. 135, § 3º da Lei das S/A. E, em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA,** no mesmo local e dia 27/04/023, às 15h00min., deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; **2)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e, **3)** Eleger os membros do Conselho Fiscal. Canoas/RS, em 14 de abril de 2023.

Roberto João Manfroi – Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br

comercial@jornaldocomercio.com.br

(51) 3213-1333 / 3213-1338

(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Transmissora de Energia Sul Brasil S.A.

CNPJ/ME 13.289.882/0001-07 - NIRE 4.330.005.852-2

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL S.A. ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias") a serem realizadas no dia 25 de abril de 2023, às 15h00, exclusivamente de modo digital, por meio da Plataforma Digital Zoom Meeting, para analisar e votar sobre a seguinte Ordem do Dia: **I - Em Assembleia Geral Ordinária: a.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **b.** Aprovar a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **c.** Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; **d.** Fixar o montante global anual da remuneração dos administradores e dos conselheiros fiscais, nos termos do artigo 7º, inciso III, do Estatuto Social da Companhia. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária: a.** Aprovação da alteração da cláusula 5ª do Estatuto Social para refletir o aumento do capital social mediante a capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), com emissão de novas ações correspondente ao aumento; **b.** Rerratificar a remuneração global paga para os membros da Administração e do Conselho Fiscal da Companhia no período de maio de 2022 a abril de 2023. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar das Assembleias os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico corporategovernance@cpfl.com.br com 48h (quarenta e oito horas) de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foro; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às Assembleias e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastro prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas Assembleias; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** A Companhia aceitará cópias simples de procurações outorgadas no Brasil sem reconhecimento de firma em cartório e serão aceitas, em caráter excepcional, procurações eletrônicas assinadas digitalmente observadas as condições acima. **4.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º do Art. 126 da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado.

Porto Alegre, 17 de abril de 2023

André Luiz Gomes da Silva - Presidente do Conselho de Administração

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

BALDO S/A:Comércio, Indústria e Exportação
CNPJ nº91.473.678/0001-47 • Nire nº 43300013600
Convocação: Assembleia Geral Ordinária: Convocamos os Senhores Acionistas da Baldo S/A Comércio, Indústria e Exportação, com sede em Encantado/RS, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na Rua Heitor Alexandre Peretti 385, Encantado, RS, 95960-000, às 10:00horas de 29/04/2023, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1)** Apreciação e votação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, publicada no Jornal do Comércio de Porto Alegre/RS em edição de 28/02/2023, págs. 21 e 22 e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet – https://flip.jornaldocomercio.com/edicao/impressa/10484/28022023.html; **2)** Destinação do Lucro Líquido e ratificação sobre crédito e/ou pagamento de juros sobre o capital próprio e sua imputação aos dividendos; **3)** Eleição da Diretoria; 4) Fixação da remuneração dos diretores. Encantado, RS, 17/04/2023. Árlindo Plácido Baldo - Diretor Presidente ASCOM

NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Departamento comercial (51) 3213 1333
Atendimento ao assinante (51) 3213 1300
Vendas de assinaturas (51) 3213 1326
Redação (51) 3213 1362

Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

banrisul pagamentos

GOV RS NOVAS FAÇANHAS

BANRISUL SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS S.A. - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO
CNPJ/MF 92.934.215/0001-96
NIRE 43300056562
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamentos a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas dia 25 de abril 2023, às 14 horas, na Sede do Banco do Estado do Rio Grande do Sul Rua Caldas Júnior, 108, 4º andar, em Porto Alegre – RS, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;
2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022;
3. Deliberar sobre a proposta de Orçamento de Capital elaborada para fins do Art. 196, da Lei nº 6.404/76;
4. Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos Administradores, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal;
5. Eleger os membros do Conselho de Administração, observadas as disposições constantes do Art. 147 da Lei nº 6.404/76; e
6. Eleger membros do Conselho Fiscal, efetivo e respectivo suplente, observadas as disposições constantes do Art. 162 da Lei nº 6.404/76.

EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social, no seguinte sentido: (i) Excluir o parágrafo único do art. 1º, para exclusão de regras pertinentes a companhias abertas; (ii) Alterar o art. 5º para refletir o aumento do capital social da Companhia; (iii) Ajustar o parágrafo único do art. 5º para excluir referência à regulamentação aplicável às companhias abertas; (iv) Alterar a redação do caput do art. 10, excluir as alíneas “a” a “d”, excluir alíneas “i” a “iv”, e excluir os §§ 1º ao 6º, para melhoria redacional e inclusão de referência ampla às normas aplicáveis; (v) Inserir novo §1º referente a requisito de elegibilidade; (vi) Renumerar o §7º do art. 10, para §2º do mesmo artigo; (vii) Renumerar o §8º do art. 10, para §3º do mesmo artigo, e realizar ajuste redacional; (viii) Excluir o art. 11, as alíneas “a” a “m”, e §§ 1º e 2º, relativos à requisitos de elegibilidade previstos de forma ampla no artigo anterior; (ix) Incluir novo §4º no artigo 12 renumerado, relativo à ausência ou impedimento temporário do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; (x) Renumerar o §4º para §5º do art. 12 renumerado; (xi) Renumerar o §5º para §6º do art. 12 renumerado; (xii) Renumerar o §6º para §7º do art. 12 renumerado; (xii) Excluir art. 14 relativo à regra não aplicável; (xiii) Incluir parágrafo único no artigo 13 renumerado, e alíneas “i” a “vii” referentes ao enquadramento como Conselheiro Independente; (xiv) Excluir o §1º, §2º e alíneas “i” a “iv”, §3º e alíneas “i” a “v” do art. 13 renumerado, relativos a assunto tratado no novo parágrafo único do mesmo artigo; (xv) Excluir §4º do art. 13 renumerado, referente a regra não aplicável; (xvi) Excluir o parágrafo único do art. 18 renumerado, devido à extinção da Diretoria de Relação com Investidores; (xvii) Excluir alíneas “b” e “e” do art. 21 renumerado, relativas à representação da Companhia, tratada no novo art. 22;(xviii) Excluir o art. 24 referente às competências da extinta função de Diretor de Relações com Investidores; (xix) Incluir novo art. 22, relativo a regras de representação da Companhia; (xx) Incluir parágrafo único no novo art. 22, referente regra sobre os instrumentos de mandatos; (xxi) Renumerar o art. 25 para 23, e excluir sua alínea “ii”, referente à representação da Companhia tratada no novo art. 22, renumerando a alínea “iii” para “ii”; (xxii) Excluir alínea “f” do art. 24 renumerado, para refletir prática da Empresa, renumerando as alíneas “g, h e i” para “f, g e h” respectivamente; (xxiii) Excluir art. 27, relativo à constituição de mandatários, tratada no novo art. 22; (xxix) Renumerar o art. 29 para 26, e ajustar a redação para inserir o Comitê de Elegibilidade e Remuneração; (xxx) Excluir art. 33 e seu §1º, relativo à regra não aplicável; (xxxi) Realocar o §2º do art. 33, para §8º do art. 29 renumerado, e realizar ajuste redacional; (xxxii) Renumerar o art. 36 para 32, e realizar ajuste redacional; (xxxiii) Renumerar o art. 37 para 33, e realizar ajuste redacional; (xxxiv) Ajustar o título do capítulo VII, para excluir referência a registro de companhia aberta; (xxxv) Excluir art. 42, referente à regra não aplicável à companhia fechada; (xxxvi) Excluir art. 43 e seus parágrafos, eis que a regra se aplicaria à OPA originalmente prevista no Art. 42; (xxxvii) Renumerar o art. 44 para 38, e excluir disposições relativas a companhias abertas; (xxxviii) Excluir art. 50 com disposições relativas a registro de companhia aberta; e (xxxix) em consequência das alterações propostas, renumerar os artigos 12 e 13, respectivamente para 11 e 12, os artigos 15 a 23, e 26, respectivamente para 13 a 21, e 24, os artigos 28, 30 a 32, respectivamente para 25, 27 a 29, os artigos 34, 35, 38 a 41, respectivamente para 30, 31, 34 a 37, e os artigos 45 a 49, respectivamente para 39 a 43.

2. Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações referidas no item “1” acima.

Nos termos do parágrafo primeiro do Art. 126, da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários. Com o objetivo de organizar os trabalhos das Assembleias, o instrumento de mandato e os demais atos societários que comprovem a regularidade da representação podem, a critério do acionista, ser depositados na sede do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, na Rua Caldas Júnior, nº 108 - 4º andar, Unidade de Governança Corporativa, preferencialmente, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data prevista para a realização das Assembleias Gerais. Os documentos relativos aos itens das Ordens do Dia encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na Sede Social da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamentos.

Porto Alegre, 17 de abril de 2023.

Claudio Coutinho Mendes
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 9 9649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável

Saema

Sede / Rio Grande do Sul (RS) - CNPJ nº 95.622.585/0001-98 - Reg. no CNSS (CNAS) sob n° 110.556/62
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS - Portaria do MEC n° 25, de 05/02/2020

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SRAS. ASSOCIADAS: Submetemos a apreciação de V. Sas. o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2022, com o parecer do Conselho Fiscal e o Relatório do Auditor Independente, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias.

Santa Maria, 31 de dezembro de 2022. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em reais)

	Nota	ATIVIDADES SEGREGADAS Educação	Social	Ativ. Sust.	CONSOLIDADO 2022	2021
Ativo	**4**					
Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	**4.a,b**					
Caixa		2.049,39	34,54	3.447,11	5.531,04	2.254,64
Caixa com Restrição		-	-	-	-	389,41
Banco Conta Corrente sem Restrição		1.042,64	333,84	414,85	1.791,33	2.279,55
Banco Conta Corrente com Restrição		-	1,00	-	1,00	3.603,81
Banco Aplic. Financeiras sem Restrição		2.191,94	41.126,87	3.227.739,51	3.271.058,32	6.365.889,65
Banco Aplic. Financeiras com Restrição		-	1.863,04	-	1.863,04	75.922,30
Títulos de Capitalização sem Restrição		-	-	39.296,95	39.296,95	27.856,63
		5.283,97	**43.359,29**	**3.270.898,42**	**3.319.541,68**	**6.478.195,99**
Recebíveis de Clientes e Outros Recebíveis						
Contribuições Escolares a Receber	4.c	735.950,97			735.950,97	697.284,57
Subvenções Com Restrição a Receber	4.c,15		9.556,00		9.556,00	28.796,50
(-) Perdas Estimadas s/ Créditos Liquidação Duvidosa	4.d	(696.529,37)	-	-	(696.529,37)	(623.970,46)
Adiantamentos		17.115,07	-	-	17.115,07	44.522,90
Despesas Antecipadas	6	-	-	2.796,99	2.796,99	1.432,71
Outros Valores a Receber	6	-	-	7.249,22	7.249,22	3.463,51
		56.536,67	**9.556,00**	**10.046,21**	**76.138,88**	**151.529,73**
Total Ativo Circulante		**61.820,64**	**52.915,29**	**3.280.944,63**	**3.395.680,56**	**6.629.725,72**
Não Circulante	**7 e 8**					
Aplicações a Longo Prazo sem Restrição						
Banco Sicredi				3.089.253,32	3.089.253,32	
Propriedades para Investimentos	**7**					
Imóveis		-	-	3.170.138,87	3.170.138,87	3.141.138,87
(-) Depreciação Acumulada	4.e	-	-	(408.955,06)	408.955,06	(385.727,64)
Imobilizado/Intangível	**8**	**-**				
Imóveis	4.f	12.641.000,05	1.491.544,70	2.294.813,82	16.427.358,57	16.401.789,17
Obras em Andamento	4.g	226.879,33	-	1.046.681,43	1.273.560,76	1.113.216,81
Motores e Aparelhos	4.f	405.211,00	16.686,00	50.018,47	471.915,47	460.509,09
Moveis e Utensilios	4.f	235.074,54	5.900,00	128.436,02	369.410,56	362.842,01
Veículos	4.f	-	142.908,54	-	142.908,54	142.908,54
Direitos		12.010,00	-	-	12.010,00	10.210,00
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	4.e	(2.267.636,04)	(303.391,16)	(477.027,42)	(3.048.054,62)	(2.893.203,69)
Total Ativo Não Circulante		**11.252.538,88**	**1.353.648,08**	**8.893.359,45**	**21.499.546,41**	**18.353.683,16**
Total do Ativo		**11.314.359,52**	**1.406.563,37**	**12.174.304,08**	**24.895.226,97**	**24.983.408,88**

	Nota	ATIVIDADES SEGREGADAS Educação	Social	Ativ. Sust.	CONSOLIDADO 2022	2021
Passivo						
Circulante	**4.h**					
Contribuições Prev. Tributárias	10	47.949,92	-	3.102,67	51.052,59	44.713,29
Salarios a Pagar	10	88.182,77	9.347,59	3.897,99	101.428,35	111.527,18
Contas a Pagar	10	-	-	1.830,23	1.830,23	10.326,88
Fornecedores a Pagar	10	349,70	-	-	349,70	60.316,31
Seguros a Pagar	10		-	2.275,59	2.275,59	1.091,61
Provisão para Férias	4.j	172.838,09	14.132,28	9.145,42	196.115,79	176.417,43
Provisão FGTS s/Férias	4.j	13.544,18	1.130,55	731,62	15.406,35	14.090,88
Receitas Antecipadas	11	9.292,10			9.292,10	9.380,80
Contas a Pagar com Restrição	10		0,04		0,04	710,87
Subvenções a Realizar com Restrição	10		11.420,00		11.420,00	76.486,54
Projetos a Realizar com Restrição	10				-	31.514,61
Total Passivo Circulante		**332.156,76**	**36.030,46**	**20.983,52**	**389.170,74**	**536.576,40**
Patrimônio Líquido	**12**					
Patrimônio Social		7.912.436,84	50.347,74	10.753.358,88	18.716.143,46	19.334.194,19
Superávit/Déficit do Período	20	(678.805,52)	(170.363,43)	908.392,70	59.223,75	(690.573,81)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	12	5.658.165,94	-	-	5.658.165,94	5.730.689,02
Realização do Ajuste Av. Patrimonial	12	72.523,08	-	-	72.523,08	72.523,08
Total patrimônio Líquido		**12.964.320,34**	**(120.015,69)**	**11.661.751,58**	**24.506.056,23**	**24.446.832,48**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**13.296.477,10**	**(83.985,23)**	**11.682.735,10**	**24.895.226,97**	**24.983.408,88**

"As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis"

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

	Patrimônio Social	Resultado do Período	Ajuste Av. Patrimonial	Realização Ajuste Av. Patrimonial	Patrimônio Líq.Total
Saldo em 31/12/2020	**19.950.940,45**	**(765.546,62)**	**5.803.212,10**	**148.800,36**	**25.137.406,29**
Incorporação resultado Ex/2020 ao PS	(765.546,62)	765.546,62	-	(148.800,36)	(148.800,36)
Déficit do Periodo 2021	-	(690.573,81)	-	-	(690.573,81)
Real. Ajuste Aval.Patrimonial	148.800,36	-	(72.523,08)	72.523,08	148.800,36
Saldo em 31/12/2021	**19.334.194,19**	**(690.573,81)**	**5.730.689,02**	**72.523,08**	**24.446.832,48**
Incorporação resultado Ex/2021 ao PS	(690.573,81)	690.573,81	-	(72.523,08)	(72.523,08)
Superávit do Periodo 2022	-	59.223,75	-	-	59.223,75
Real. Ajuste Aval.Patrimonial	72.523,08	-	(72.523,08)	72.523,08	72.523,08
Saldo em 31/12/2022	**18.716.143,46**	**59.223,75**	**5.658.165,94**	**72.523,08**	**24.506.056,23**

"As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis"

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO Exercícios findos em 31 de dezembro (em reais)

	Nota	ATIVIDADES SEGREGADAS Educação	Social	Sustentáveis	CONSOLIDADO 2022	2021
Receita Bruta	**4.I**	**3.530.396,61**	**220.750,73**	**1.095.038,61**	**4.846.185,95**	**3.644.486,84**
Encargos Educacionais	16	3.441.474,30			3.441.474,30	3.037.010,00
Outros Serviços Educacionais	16	38.121,27			38.121,27	240,00
Trabalhos de Secretaria	16	600,00			600,00	679,00
Juros e Multas Recebidos		20.678,35			20.678,35	10.828,46
Descontos Obtidos		1.517,18			1.517,18	2.463,66
Doações Recebidas sem restrição	16.d	14.719,45	24.000,00		38.719,45	29.736,09
Doações de Associadas sem restrição	16.d			25.902,84	25.902,84	22.892,82
Receitas com Subvenções com Restrição	15		114.657,57		114.657,57	13.556,35
Receitas com Projetos com Restrição	16		52.747,07		52.747,07	2.849,21
Rendimento de Aplicações Financeiras	16	518,09	5.483,82	797.671,73	803.673,64	286.367,55
Participação em Feiras e Eventos	16		23.862,27		23.862,27	16.274,00
Receitas de Aluguéis	17			270.831,12	270.831,12	214.923,55
Recuperação de Despesas	16	12.767,97		632,13	13.400,10	6.666,15
Receitas Diversas	16.e	-	-	0,79	0,79	-
(-) Deduções		**(1.286.176,43)**	**-**	**-**	**(1.286.176,43)**	**(1.317.171,47)**
(-) Descontos Financeiros Concedidos	37	(678.749,93)	-	-	(678.749,93)	(727.475,47)
(-) Bolsas de Estudo 100%	33	(385.835,00)	-	-	(385.835,00)	(438.052,00)
(-) Bolsas de Estudo 50%	33	(221.207,50)	-	-	(221.207,50)	(151.644,00)
(-) Cancelamento de Encargos Educacionais		(384,00)	-	-	(384,00)	-
Receita Líquida		**2.244.220,18**	**220.750,73**	**1.095.038,61**	**3.560.009,52**	**2.327.315,37**
Custos Dos Serviços e Atividades	**4.I**	**(2.838.838,25)**	**(174.287,67)**	**(136.135,38)**	**(3.149.261,30)**	**(2.766.436,42)**
Gastos com Pessoal e Encargos		(2.134.310,28)	(142.787,67)	(71.106,84)	(2.348.204,79)	(2.068.581,51)
Serviços Prestados por Terceiros		(153.681,36)	(31.500,00)	(39.475,89)	(224.657,25)	(235.024,47)
Conservação, Consumo, Materiais Gerais		(550.846,61)		(25.552,65)	(576.399,26)	(462.830,44)
Superávit/Déficit Bruto		**(594.618,07)**	**46.463,06**	**958.903,23**	**410.748,22**	**(439.121,05)**
Despesas Operacionais	**4.I**	**(141.592,83)**	**(216.826,49)**	**(50.510,53)**	**(408.929,85)**	**(251.852,76)**
Despesas com Subvenções com Restrição	15	-	(114.657,57)	-	(114.657,57)	(13.556,35)
Despesas com Projetos com Restrição	34	-	(52.747,07)	-	(52.747,07)	(2.849,21)
Despesas com Manutenções		-	(30.454,29)	-	(30.454,29)	(42.342,83)
Despesas Financeiras e Tributárias		(13.935,66)	(150,46)	(8.000,20)	(22.086,32)	(22.314,97)
Encargos com Depreciação e Amortização	4.e	(127.657,17)	(18.817,10)	(42.510,33)	(188.984,60)	(170.789,40)
Superávit/Déficit Operacional		**(736.210,90)**	**(170.363,43)**	**908.392,70**	**1.818,37**	**(690.973,81)**
Outras Receita /Despesas	**18**	**57.405,38**	**-**	**-**	**57.405,38**	**400,00**
Contribuições Sociais	22 a 29	529.100,66	33.439,55	15.219,17	577.759,38	505.842,10
Receita com Trabalhos Voluntários	36	6.664,86	7.331,56	69.890,55	83.886,97	45.384,52
Reversão de PECLD		59.783,45	-	-	59.783,45	
Venda de Imobilizado		-	-	-	-	400,00
(-) Perdas e Prejuizos		(281,02)	-	-	(281,02)	-
(-) Perdas Na alienação do Imovel		(2.097,05)	-	-	(2.097,05)	-
(-) Despesa com Trabalhos Voluntários	36	(6.664,86)	(7.331,56)	(69.890,55)	(83.886,97)	(45.384,52)
(-) Contribuições Sociais	22 a 29	(529.100,66)	(33.439,55)	(15.219,17)	(577.759,38)	(505.842,10)
Superávit/Déficit do Período	**20**	**(678.805,52)**	**(170.363,43)**	**908.392,70**	**59.223,75**	**(690.573,81)**

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis"

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro (em reais)

Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais	**2022**	**2021**
1 - Atividades Operacionais		
Superávit/Déficit do Período	59.223,75	(690.573,81)
Depreciação/Amortização	188.984,60	170.789,40
Perdas Estimadas p/Créditos de Liquidação Duvidosa	214.241,03	191.216,27
Perdas/Baixas Créditos de Liquidação Duvidosa	(141.682,12)	(260.900,09)
Superávit/Déficit do Período Ajustado	**320.767,26**	**(589.468,23)**
Acréscimo / Decréscimo AC + ANC		
Contribuições Escolares a Receber	(38.666,40)	124.064,09
Despesas Antecipadas	(1.364,28)	1.556,90
Subvenções Com Restrição a Receber	19.240,50	(28.796,50)
Outros Valores a Receber	(3.785,71)	1.775,57
Adiantamentos	27.407,83	(44.096,78)
Obrigações Trab. Fiscais e Sociais	(3.759,53)	49.164,08
Fornecedores e Contas a Pagar	(68.463,26)	63.626,30
Seguros a Pagar	1.183,98	1.091,61
Provisão de Férias e Encargos Sociais	21.013,83	72.965,95
Receitas Antecipadas	(88,70)	(4.924,96)
Projetos Sociais a Realizar com Restrição	(31.514,61)	31.514,61
Subvenções a Realizar com Restrição	(65.066,54)	42.360,45
Contas a Pagar com Restrição	(710,83)	662,81
Total Acréscimos/Decréscimos	**(144.573,72)**	**310.964,13**
Caixa Liquido Prov. Atividades Operacionais	**176.193,54**	**(278.504,10)**
2 - Das Atividades de Investimentos		
Aplicações a Longo Prazo	(3.089.253,32)	
Aquisição de Imobilizado	(247.691,58)	(426.099,66)
Baixa de bens imobilizados	2.097,05	-
Caixa Liquido prov. De Atividades de Investimentos	**(3.334.847,85)**	**(426.099,66)**
(1+2) Variação de Caixa e Equivalente de Caixa	**(3.158.654,31)**	**(704.603,76)**
CAIXA E EQUIVALENTE NO INÍCIO DO PERÍODO	6.478.195,99	7.182.799,75
CAIXA E EQUIVALENTE NO FINAL DO PERÍODO	3.319.541,68	6.478.195,99
Variação Ocorrida no Período	**(3.158.654,31)**	**(704.603,76)**

"As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis"

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2022 E 31/12/2021

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL - A SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA é associação, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, beneficente, de natureza educacional, assistencial, científica e cultural. Possui sua área de atuação preponderante na educação e sua área de atuação secundária é cultural, social e científica, conforme os artigos 1º, 5º (incisos I, II, III, IV, V) e 6º do seu Estatuto Social. É detentora do Título de Utilidade Pública Estadual Decreto nº 21.712 de 04/05/1972, Utilidade Pública Municipal Lei nº 1.315, de 19/04/1968, inscrita no Conselho Estadual de Educação sob nº 141, no Conselho Municipal de Assistência Social sob nº 043, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob nº 103, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), renovado pelo MEC pela Portaria nº 25, publicado no Diário Oficial da União em 05/02/2020, vigência: 31/12/2015 a 30/12/2018, o processo de renovação do triênio 31/12/2018 a 30/12/2021 foi encaminhado tempestivamente conforme processo nº 23000.013587/2018-50 ao Ministério da Educação e encontra-se sob análise e tem como finalidade estatutária, conforme artigo 5º: I. manter a educação básica, formada pela Educação Infantil – creche e pré-escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional ***Técnica de Nível Médio***; II. proporcionar ao educando o desenvolvimento que lhe assegure a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores; III. capacitar o aluno de nível médio, com conhecimentos técnicos, teóricos e práticos nas diversas atividades, oportunizando acesso no mercado de trabalho, além da perspectiva de habilitação, qualificação e ou reinserção no setor produtivo; IV. educar as crianças, adolescentes, com programação integrada de laser, esporte, convivência e bem estar. V. promover uma educação geradora de autonomia intelectual de vida, criativa e participativa, com responsabilidade social; VI. desenvolver a gestão pedagógica interativa, norteada pelos princípios cristãos, éticos, educacionais, sociais no compromisso com a comunidade, especialmente com a família; VII. formar cidadãos nas diferentes áreas do conhecimento, conscientes do compromisso e participação no desenvolvimento da sociedade; VIII. oferecer bolsas de estudo, através de gratuidades integrais e parciais, de acordo com o nível de carência do aluno e das normas vigentes no País; IX. ser um espaço de fortalecimento da mística, dos valores éticos, da espiritualidade e da cidadania, como vivência e manifestação do Amor Divino; X. desenvolver projetos de Proteção Social, visando o resgate da cidadania, a dignidade humana e a inclusão social; XI. desenvolver projetos de proteção social para pessoas idosas, visando a qualidade de vida saudável; XII. desenvolver projetos, programas e serviços socioassistenciais conforme a legislação em vigor.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Na elaboração das demonstrações contábeis de 2022 e 2021, a Entidade adotou a Lei n° 11.638/2007, Lei nº. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26 – R5), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente pela ITG 2002 – R1, que estabeleceu novos critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucro. As demonstrações contábeis do exercício 2022 comparativas ao exercício de 2021 da SAEMA, foram aprovadas na Assembleia da Entidade realizada no dia 25 de janeiro de 2023.

NOTA 03 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (ITG 2000 – R1) - A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no *SPED – Sistema Público de Escrituração Digital*. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em seu arquivo e em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS - a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC – TG 03- R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC – TG 26 – R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. **b) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço. **c) Ativo circulante – Contas a receber (Recebíveis de Clientes e Outros Recebíveis) -** As contas a receber (recebíveis de clientes e outros recebíveis) são registradas pelo valor faturado. **d) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** Esta perda estimada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade (média de inadimplência dos últimos três anos), e assim atendendo a ITG 2002 – R1 em seu item 14. **e) Depreciações:** Foram calculadas com base na revisão da vida útil dos bens, conforme Nota Explicativa nº 07 e 08, levando em conta a vida útil-econômica dos bens. **f) Imobilizado –** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota 07 e 08 e leva em consideração o tempo de vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 – NBC – TG 27 – R4). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. **g) Obras em Andamento:** As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais. **h) Passivo Circulante:** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação**. – Provisões –** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. **i) Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **j) Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **k) Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **l) As Despesas, os custos e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao Princípio da competência. **m) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Princípio da Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber), e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **n) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado e Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

NOTA 05 – MUDANÇAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS - Conforme determinação da Resolução CFC Nº 1.177/09 (NBC TG 27 – R4), a Entidade revisou suas taxas de depreciação de acordo com a vida útil e utilização dos bens. Em caso de alteração, conforme prevista na Resolução CFC Nº 1.179/09 (NBC TG 23 – R2) – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, será considerado uma mudança de estimativa contábil prospectiva (vida útil de um ativo depreciável ou no padrão esperado de consumo dos futuros benefícios desse tipo de ativo), afetando a depreciação do período corrente e de cada um dos períodos futuros durante a vida útil remanescente do ativo.

NOTA 06 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES - Este grupo é composto pelos seguros contratados no exercício 2022, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal, outros valores a receber (impostos a restituir e aluguéis a receber) das atividades sustentáveis.

NOTA 07 – ATIVO NÃO-CIRCULANTE – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO - Conforme determina a Resolução CFC nº 1.178/2009 que aprovou a NBC TG 28 – R4 – Propriedades para Investimento, Propriedade para Investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas. O imóvel classificado como propriedade para investimento está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação, conforme segue abaixo:

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO EM 31/12/2022

IMÓVEIS	TX DEPREC. ANUAL MÉDIA S/RESIDUAL	CUSTO (R$)	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA (R$)	VALOR CONTÁBIL (R$)
TERRENOS P/INVESTIMENTO	-	1.040.754,60	0	1.040.754,60
PRÉDIOS P/INVESTIMENTO	1,45%	2.129.384,27	408.955,06	1.720.429,21
TOTAL		**3.170.138,87**	**408.955,06**	**2.761.183,81**

NOTA 08 – ATIVO NÃO-CIRCULANTE – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação ou amortização do período, originando o valor líquido contábil. Os bens pertencentes ao ativo imobilizado desativados ou avariados durante o ano de 2022 foram baixados do sistema patrimonial e na contabilidade. Estes valores foram lançados na conta de Perdas na alienação do imobilizado. O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação com a finalidade de atender a Lei Nº 11.638/07, Resolução do CFC No. 1.177/2009 (NBC TG 27 – R4 e Resolução do CFC Nº. 1.330/10 (ITG 2000 – R1).No ano de 2022, a Entidade revisou os percentuais de depreciação dos bens do imobilizado, com base e sua estimativa de vida útil.

››› Continua ›››

❯❯❯ Continuação ❯❯❯

SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA

Sede / Rio Grande do Sul (RS) - CNPJ nº 95.622.585/0001-98
Reg. no CNSS(CNAS) sob nº 110.556/62 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Portaria do MEC n° 25, de 05/02/2020

A metodologia utilizada seguiu os princípios aprovados pelas Normas ABNT que tratam da avaliação de bens e determinação da vida útil: ABNT nº 14.653-1 – Procedimento Gerais; ABNT nº 14.653-2 – Imóveis Urbanos; e ABNT nº 14.653-5 – Máquinas e Equipamentos e Outros Bens. É demonstrado no quadro abaixo, o valor de custo deduzido de depreciação, do ativo imobilizado no ano de 2022, conforme segue:

ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL EM 31/12/2022

BENS	TX DEPREC. ANUAL MÉDIA S/RESIDUAL	CUSTO (R$)	DEPRECIAÇÃO/ AMORTIZAÇÃO (R$)	VALOR CONTÁBIL (R$)
TERRENOS	-	5.320.356,20	0	5.320.356,20
PRÉDIOS	1,14%	14.267.486,24	2.646.841,57	11.620.644,67
OBRAS EM ANDAMENTO	-	1.273.560,76	0	1.273.560,76
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	20%	244.669,25	158.313,23	86.356,02
MÁQUINAS EM GERAL	10%	22.553,89	20.262,94	2.290,95
APARELHOS EM GERAL	10%	204.692,33	137.883,87	66.808,46
MOBÍLIA EM GERAL	10%	316.942,96	300.296,69	16.646,27
MATERIAL DID. LABORATÓRIO	10%	27.162,60	9.850,41	17.312,19
INSTRUMENTOS MUSICAIS	10%	8.170,00	8.170,00	0,00
UTENSÍLIOS DE CULTO E ARTE	20%	17.135,00	17.135,00	0,00
VEÍCULOS	28,92%	142.908,54	142.175,38	733,16
INSTALAÇÕES E BENFEITORIAS	10%	9.655,00	9.655,00	0,00
SOFTWARES	10%	12.010,00	6.425,59	5.584,41
TOTAIS		**21.867.302,77**	**3.457.009,68**	**18.410.293,09**

NOTA 09 - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS - As obrigações sociais foram cumpridas no prazo.
NOTA 10 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (Passivo Circulante) - Estão representadas pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de Contribuições Previdenciárias e Tributárias, Salário a Pagar, Provisões Trabalhistas e seus encargos, Contas a Pagar Com Restrição e Sem Restrição, Fornecedores a Pagar, Subvenções a Realizar Com Restrição, Projetos a Realizar Com Restrição e Receitas Antecipadas.
NOTA 11 – RECEITAS ANTECIPADAS (Passivo Circulante) - Refere-se a valores que foram transferidos para o Passivo Circulante, conta Receitas Antecipadas, que engloba as receitas de encargos educacionais de 2023, efetivamente recebidas em 2022, sendo que já estão deduzidos dos custos e despesas correspondentes (incorridas). Tais receitas e despesas do exercício de 2023, não possuem qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da Entidade.
NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, diminuído dos déficits ocorridos, ajustes de avaliação patrimonial e o Superávit Acumulado considerado, enquanto não computados no resultado do período em obediência ao princípio de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado, na oportunidade.
Em consonância com a Resolução CFC Nº 1.159 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado e são oriundos de aumento de valores atribuídos a elementos do ativo e passivo, em decorrência de sua avaliação a preços de mercado, na oportunidade.
O saldo da conta de ajuste de Avaliação Patrimonial é baixado progressivamente pelo Custo da Depreciação do Imobilizado correspondente, pela venda do bem e após autorização da Assembleia, quando se tratar de ajuste com saldo devedor e imóveis que não sofrem depreciação, tendo como contrapartida a conta Superávit/Déficit Acumulado.
NOTA 13 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - A Entidade contratou uma empresa especializada para revisar o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei No. 11.638/07, Resolução CFC Nº 1.292/10 que aprova (NBC TG 01-R4). Quando tais evidências são identificadas, o que não foi o caso em 2022, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Empresa, para efetuar esse teste, avaliou se existe alguma desvalorização dos ativos utilizados como indicações à análise das principais fontes externas e internas que possam interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais da Entidade e, assim, desenvolvendo uma análise da evolução dos principais indicadores de geração de Receita, Caixa, Crescimento e Retorno de Investimentos do exercício de 2020, mais o exercício em curso (2022).
Conclui-se que ambos os métodos e/ou critérios (pelo valor líquido de venda e valor líquido de uso) utilizados demonstraram que o valor líquido contábil está a menor que o valor justo estimado, e por este motivo não é necessário qualquer lançamento contábil para redução dos valores contabilizados, e assim não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado e intangível do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.
NOTA 14 - AJUSTE A VALOR PRESENTE (Resolução do CFC No. 1.151/09) - Em cumprimento a Resolução CFC Nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução CFC nº 1.151/09, que aprova NBC TG 12.
NOTA 15 – SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS PÚBLICOS RESOLUÇÃO CFC nº 1.305/10 (NBC TG 07 – R2) - São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de suas subvenções governamentais atendeu a Resolução CFC nº 1.305/10 (NBC TG 07 – R2).
A entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções com Restrição do Poder Público Municipal e Estadual:

Exercício	Concedente	Nº Convênio	Vl. Recebido (R$)	Vl. Realizado (R$)
2022	Governo Municipal	006/2022	28.796,50	28.796,50
2021	Governo Municipal	08/2021	9.700,00	9.700,00
2021	Governo Municipal	09/2021	17.037,56	17.037,56
	Total Geral	**- - - - - -**	**55.534,06**	**55.534,06**

NOTA 16 – RECEITAS - As receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins (prestação de serviços educacionais), conforme art. 63 do Estatuto Social são mensuradas pelo valor da vaga da contraprestação recebida ou a receber, baseada na Planilha de Custo Educacional (Lei nº 9.870/99) e formalizada pelo contrato de prestação de serviços educacionais. Outras receitas (fins e sustentáveis, conforme o art. 61 do Estatuto Social) também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade.
Segue abaixo o montante de cada categoria significativa (relevante) de receita reconhecida durante o período:

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valores (R$)
304/305/310	Prestação Serviço Educacional	3.302.558,00
347	Subvenções Municipais	114.657,57
361	Atividades Sustentáveis	1.095.038,61

As atividades sustentáveis (meios) possuem previsão no art.61 do seu Estatuto Social, e para que a Entidade faça jus a Imunidade Tributária sobre essas atividades, conforme estabelecido no artigo 14 do Código Tributário Nacional, artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e LC 187/21, cumpre os requisitos abaixo: a) As atividades sustentáveis (meios) possuem previsão estatutária; b) O Estatuto Social indica que os recursos (superávits) obtidos por essas receitas são revertidos (para atendimento) de suas atividades fins (objetivos sociais); c) A Demonstração do Resultado do Período da Entidade demonstrou que as atividades sustentáveis são superavitárias, ou seja, geram recursos para a manutenção das atividades fins (objetivos sociais). d) A Entidade Recebeu doações sem restrição, de Associadas e também da Associação de Pais e Mestres da Escola Mãe Admirável (APEMMA). e) Na Conta Receitas Diversas foram lançadas entrada de valor referentes a valores não classificáveis em outra conta.
NOTA 17 – ALUGUÉIS - No exercício de 2022, a Entidade constituiu Imóveis para Investimento por entender que a receita de aluguel contabilizada tem origem no compartilhamento de alguns espaços físicos e aluguéis de alguns imóveis.
NOTA 18 – OUTRAS RECEITAS / DESPESAS - Conforme a Resolução CFC nº 1.152/09, que aprova a NBC TG 13 e 1.157/09, que aprova CTG 02 e a Medida Provisória nº 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valores (R$)
583 / 584 / 611	Contribuição Social – Cota Patronal	376.669,68
585	Contribuição Social – Autônomos	2.528,00
607 / 608 / 614	Contribuição Social – RAT	9.416,66
605 / 606 / 621	Contribuição Social – Terceiros	84.750,68
622	COFINS	104.394,36
570	Perdas e Prejuízos	281,02
520	Perda na Alienação do Imobilizado	2.097,05
479	Voluntários	83.886,97

NOTA 19 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC - A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – R3 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.
O Método na elaboração dos Fluxos de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.
NOTA 20 – DO RESULTADO DO PERÍODO - O Déficit do Período de 2021 foi incorporado ao Patrimônio Social e o superávit do período de 2022 será incorporado, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a ITG 2002 – R1, em especial no item 15.
NOTA 21 – COBERTURA DE SEGUROS - Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros para veículos para cobertura de eventuais sinistros, considerados suficientes, atendendo assim, principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.
NOTA 22 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea"C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7° da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.
NOTA 23 – FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE - A ENTIDADE é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 à 61 do Código Civil.
NOTA 24 – CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE - A Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável - SAEMA é uma instituição educacional sem fins lucrativos e econômicos, prevista no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características: ▪ a Instituição é regida pela Constituição Federal; ▪ a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; ▪ não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); ▪ não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.
NOTA 25 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.69 do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art.68 do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art.63 do Estatuto Social).
NOTA 26 – IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - A ENTIDADE é imune à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei nº 9.532/97 e Lei Complementar 187/2021 (pela certificação como entidade beneficente de assistência social).
NOTA 27 – CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE - A Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável - SAEMA é uma instituição educacional sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e artigos 2º e 3º da Lei Complementar 187/2021 e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (imune).
NOTA 28 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - A Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável – SAEMA é uma Entidade Beneficente de Assistência Social (possui CEBAS) e para usufruir da Imunidade Tributária determinada pelo artigo 3º da Lei Complementar 187/2021, cumpre os seguintes requisitos:
ESTATUTÁRIOS ▪ não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 75 do Estatuto Social); ▪ não distribuam a seus conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores seus resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § º do art. 195 da Constituição Federal; ▪ aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 68 do Estatuto Social); ▪ não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (art.76 do Estatuto Social); ▪ prevejam, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas.
OPERACIONAIS E CONTÁBEIS ▪ possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; ▪ mantenham escrituração contábil regular que registre as receitas e as despesas, bem como o registro em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor; ▪ conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; ▪ apresentem as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
NOTA 29 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (IMUNES) - A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), válido.
Conforme o artigo 1º e 2º da LC 187/21, a entidade beneficente certificada fará jus à imunidade do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS
➔20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais;
➔RAT/SAT (1%, 2% ou 3%)
➔TERCEIROS (4,5% - Educação)
➔COFINS – 3%
➔CSLL - Contribuição Social de 09% sobre o Lucro Líquido
Quanto a Contribuição Social sobre Lucro Líquido, entendemos que é inaplicável às entidades sem fins lucrativos, pois, não possuem "lucro" conforme conceituação da legislação tributária, sendo impossível aplicar sua regra de incidência. Outrossim, vale afirmar que essas entidades possuem, eventualmente, SUPERÁVIT, o que não se confunde com LUCRO. Desta feita, entendemos que qualquer entidade Sem Fins Lucrativos não está sujeita à incidência desta Contribuição Social sobre Lucro.
FORMA DE CONTABILIZAÇÃO E OS VALORES CONTABILIZADOS
Levando em consideração as Normas Brasileiras de Contabilidade (Resolução do CFC No. 1.185/09) vigentes em consonância com as Normas Internacionais (NIC 1), onde não podemos compensar ativos com passivos e nem receitas com despesas, salvo alguma Norma Específica, demonstraremos a forma de contabilização e seus respectivos valores das isenções usufruídas pela Entidade no ano de 2022:
REGISTRO DA DESPESA E OBRIGAÇÃO:
REGISTRO DA DESPESA - GRUPO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
D – Contribuições Sociais (OUTRAS DESPESAS) – R$ 577.759,38
C – Contribuições Sociais Usufruídas (PASSIVO) – R$ 577.759,38
REGISTRO DA RECEITA - GRUPO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
D – Contribuições Sociais Usufruídas (PASSIVO) – R$ 577.759,38
C – Contribuições Sociais (OUTRAS RECEITAS) – R$ 577.759,38
NOTA 30 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CEBAS - A Instituição Educacional mantêm seu cadastro atualizado no EDUCACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica). Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) que está inserida, e como consequência, por elas regulamentadas. Para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal.
NOTA 31 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO BÁSICA - A ENTIDADE, em conformidade com o art. 20 da LC 187/21 oferece bolsas educacionais para alunos carentes, na forma da Lei, e também não cobrou taxa de matrícula ou custeio de material didático dos alunos bolsistas. Na concessão de bolsas educacionais, a Entidade utilizou o seguinte critério de renda: • *A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 e 1/2 (um e meio) salário mínimo.* • *A bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos.*
NOTA 32 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DO MÍNIMO DE BOLSAS INTEGRAIS
A SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA, aderente ao atendimento do art. 20 (entidade que atua na educação básica) da Lei Complementar nº 187/2021, apresenta abaixo quadro que demonstra o cumprimento dos requisitos mínimos para a manutenção do certificado de entidade beneficente.
As bolsas de estudos integrais e parciais foram concedidas em observância aos critérios socioeconômicos do art. 19 § 1º da Lei Complementar nº 187/2021.

Educação Básica - 2022 (artigo 20 Lei Complementar nº 187/2021)	
Total de alunos matriculados (*)	223
Alunos bolsa integral	31
Alunos pagantes	192
Mínimo a fazer de bolsista 100% (1/5)	39
Mínimo a fazer de bolsista 100% (1/9)	21
Número total de alunos com bolsa integral	31
Alunos bolsa parcial de 50%	35
Alunos bolsa parcial de 50% equivalente a 100%	18
TOTAL DE BOLSAS CONCEDIDAS (100% e 50%)	49
BOLSAS CONCEDIDAS A MAIS	10

NOTA 33 – DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM GRATUIDADE
Considerando como base legal as legislações vigentes e aplicáveis, em 2022, a Entidade apresenta o seguinte resultado de investimento em Gratuidade:

Aplicações em Bolsas	Educação Básica (R$)
Bolsas Educação Básica integrais (LC 187/21)	385.835,00
Bolsas Educação Básica parciais (LC 187/21)	221.207,50
Total das Gratuidades Educacionais – 2022	**607.042,50**

NOTA 34 – FORMALIZAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS - A Entidade, no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais formaliza em cada Projeto Social: os objetivos do mesmo; origem de recursos; infraestrutura; tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.
NOTA 35 – ORIGEM DOS RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS E FORMA DE CONTABILIZAÇÃO - A Entidade, conforme Decreto nº. 9.242/14 e Resolução do CNAS nº. 16/10 para realização de suas atividades de assistência social demonstra no quadro abaixo as fontes de recursos (art. 63 e 73 do Estatuto Social) para cumprimento de seus objetos sociais, na execução de projetos e convênios, os quais são receitas com restrição:

RECEITAS PARA MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valor Contábil (realizado) – R$	Valor Contábil (a realizar) – R$
242	Receita de Subvenção Municipal - LIC	32.281,21	0,00
240	Projetos Sociais a Realizar (Serigrafia)	15.899,11	0,00
241	Subvenções Municipais (Emenda Impositiva)	28.796,50	11.420,00

NOTA 36 – VALOR JUSTO DOS TRABALHOS VOLUNTÁRIOS - A Entidade realiza a mensuração e a contabilização do trabalho voluntário recebido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e, pelo mesmo valor, como uma receita, conforme definido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na ITG 2002-R1. Demonstrado no quadro abaixo os valores dos trabalhos de voluntários:

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valores (R$)
326	Receitas com trabalhos voluntários	83.886,97
479	Despesa com trabalhos voluntários	83.886,97

NOTA 37 – DESCONTOS CONCEDIDOS S/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - No ano de 2022 houve um aumento dos descontos financeiros sobre a prestação de serviços registrado pelas rubricas de Desconto Financeiro Concedido (467), Desconto Promocional (571), Desconto Funcional (468) e Desconto Educamais (469) estes descontos foram negociados conforme a decisão da diretoria da Escola Mãe Admirável e a sua Mantenedora.

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valores (R$)
467	Desconto Financeiro Concedido	53.255,51
571	Desconto Promocional	189.273,48
468	Desconto Funcional	40.420,44
469	Desconto Educamais	395.800,50
	TOTAL	**678.749,93**

Santa Maria (RS), 31 de dezembro de 2022.

Liane Terezinha Berres
Diretora-Presidente
CPF: 693.241.070-20

Cleusa Mercedes Thomas
Contadora CRC/RS 070859/O-6
CPF: 729.634.920-49

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável - SAEMA, por intermédio de suas associadas, abaixo assinadas, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial da Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável - SAEMA, levantado em 31/12/2022 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, devidamente auditadas pela Audisa Auditores Associados, sob a responsabilidade do contador, Alexandre Chiaratti do Nascimento, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é emitir um parecer sobre estas demonstrações. Com base nos exames realizados, o Conselho Fiscal é de opinião favorável que tais documentos traduzem, com propriedade, a posição patrimonial e financeira da SAEMA.
Santa Maria, 12 de abril de 2023.

Carla Regina Frank
CPF: 002.602.560-48

Reni Ostwald
CPF: 512.63.900-34

Edilamar Fernandes de Lima Pimenta
CPF: 937.840.150-34

❯❯❯ Continua ❯❯❯

❯❯❯ Continuação ❯❯❯

SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA

Sede / Rio Grande do Sul (RS) - CNPJ nº 95.622.585/0001-98
Reg. no CNSS(CNAS) sob nº 110.556/62 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Portaria do MEC n° 25, de 05/02/2020

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião sobre as demonstrações contábeis
Examinamos as demonstrações contábeis da **SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre - RS, 30 de março de 2023.

AUDISA
00.959:
CERTIFICADO DE AUDITORIA CONTÁBIL INDEPENDENTE
EXERCÍCIO AUDITADO: 2022
A SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA REGISTRADA SOB CNPJ 95.622.585/0001-98 FOI DEVIDAMENTE AUDITADA PELA AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS, EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR, QUE EMITIU O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE EM 30 DE MARÇO DE 2023, PROPORCIONANDO CREDIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA DAS SUAS AÇÕES.
ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO:14782248819
Assinado de forma digital por ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO:14782248819 Dados: 2023.04.06 12:42:31 -03'00'
06/04/2023
Data
Assinatura
AUDISA

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP "S" "RS" 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador
CRC/SP "S" "RS" 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Maisonnave Companhia de Participações: CNPJ/MF 87.191.847/0001-89/NIRC 433000064-33: Convocação: Assembleia Geral Ordinária: São convocados os acionistas da Maisonnave Companhia de Participações a se reunirem na sede social, à Rua Sete de Setembro nº 745, nesta Capital, dia 27/04/2023, às 11hs, em Assembleia Geral Ordinária subordinada à seguinte ordem do dia: 1) tomar as contas dos administradores,examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31.12.2022; 2) demais assuntos consequentes e correlatos aos itens anteriores ou de interesse societário. Porto Alegre, 17/04/2023. Roberto de Moraes Maisonnave - Diretor, Nilda Maria de Medeiros Maisonnave - Diretora. ASCOL

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br

comercial@jornaldocomercio.com.br

(51) 3213-1333 / 3213-1338

(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TUKEMA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 94.486.511/0001-09 - NIRE 43 3 0004836 5
Convocação – Assembleia Geral Ordinária
Na forma em que dispõe o §1º e o §2º do art. 124 da Lei 6.404/76, comunica-se que se realizará, no dia 27 de abril de 2023, na sede social da Tukema Participações S.A. ("Companhia"), na Av. Cavalhada, nº 2655, bairro Cavalhada, em Porto Alegre, RS, CEP 91.740-000, às 10h, em primeira chamada, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, ou às 11h, em segunda chamada, com qualquer número de acionistas, Assembleia Geral Ordinária da Companhia, para deliberar sobre a seguintes ordens do dia: tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; e aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2022. Porto Alegre, RS, 17 de abril de 2023. Tukema Participações S.A.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

AGROSETA S.A. CNPJ nº 94.474.061/0001-34 • NIRE 43300032132 • **Edital de Convocação:** Ficam convocados os Srs. acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 8:00 horas do dia 28/04/2023, na Av. 1º de Maio, nº 1.111, em Estância Velha, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1)** Tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **2)** Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e **3)** Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração. A Diretoria informa que os documentos previstos no Artigo 133 da Lei das Sociedades Anônimas foram publicados e estão disponíveis na sede da Companhia. Estância Velha, RS, 17/04/2023. Roberto Luz - Diretor Presidente ASCOL

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

LOJAS QUERO-QUERO S.A.

LJQQ3

B3 LISTED

Companhia de Capital Aberto

CNPJ sob n° 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 8 DE MARÇO DE 2023

Data, Hora e Local: Realizada no dia 8 de março de 2023, às 09:30, por meio de videoconferência, conforme faculdade prevista no §4º do Artigo 14 do Estatuto Social da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia"). **Convocação:** Convocação realizada na forma do art. 25 do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia. **Presença:** Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia por meio de videoconferência. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Flávio Benicio Jansen Ferreira; Secretário: Sr. Jean Pablo de Mello. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** as contas da diretoria da Companhia, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria; **(ii)** a eleição dos membros do Comitê de Auditoria; **(iii)** a eleição dos membros do Comitê de Finanças; **(iv)** a eleição dos membros do Comitê de Recursos Humanos; **(v)** a proposta de limite global de remuneração anual dos administradores; e **(vi)** a convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **Deliberações:** Após discussão, por unanimidade dos votos e sem reservas ou ressalvas, foram tomadas as seguintes deliberações: **(i)** Manifestar-se favoravelmente com relação às contas da Diretoria da Companhia, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria, os quais deverão ser submetidos à aprovação dos acionistas da Companhia. **(ii)** A eleição dos seguintes membros do Comitê de Auditoria, bem como a ratificação de todos os atos por eles praticados entre o término do mandato anterior e a presente data: **a. CARLOS ELDER MACIEL DE AQUINO – Coordenador do Comitê de Auditoria**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 60.019.211-8 – SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob nº 226.993.094-00, com endereço comercial na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. General Flores da Cunha, nº 1943, sendo também o membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes; **b. CHRISTIANO ANTONIAZZI GALLÓ – Membro do Comitê de Auditoria**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 4027670936 – SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 937.807.100-72, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1726, sendo também membro independente do Conselho de Administração da Companhia; e **c. FLÁVIO BENICIO JANSEN FERREIRA – Membro do Comitê de Auditoria**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 6484884-9 – IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 921.962.337-49, com endereço comercial na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. General Flores da Cunha, nº 1943. Os membros do Comitê de Auditoria ora reeleitos terão mandato até 8 de março de 2024. Os membros ora eleitos (a) declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei das S.A. e na Instrução CVM 367/02 para a sua investidura no Comitê de Auditoria da Companhia; e (b) tomarão posse em seu cargo mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse. **(iii)** A eleição dos seguintes membros do Comitê de Finanças, bem como a ratificação de todos os atos praticados pelos membros do mandato anterior até a presente data: **a. FLÁVIO BENICIO JANSEN FERREIRA – Coordenador do Comitê de Finanças**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 6484884-9 – IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 921.962.337-49, com endereço comercial na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. General Flores da Cunha, nº 1943; **b. CHRISTIANO ANTONIAZZI GALLÓ – Membro do Comitê de Finanças**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 4027670936 – SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 937.807.100-72, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1726; **c. EDUARDO CAMPOZANA GOUVEIA – Membro do Comitê de Finanças**, brasileiro, casado, bacharel em ciência da computação, portador da cédula de identidade RG nº 2012951, inscrito no CPF/ME sob o nº 398.091.104-72, com endereço comercial na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. General Flores da Cunha, nº 1943; e **d. LUIZ ANTONIO DE MORAES CARVALHO – Membro do Comitê de Finanças**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 3256932-4 – SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 276.931.558-72, com endereço comercial na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. General Flores da Cunha, nº 1943. Os membros do Comitê de Finanças ora reeleitos terão mandato até 8 de março de 2024. Os membros ora eleitos (a) declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei das S.A. e na Instrução CVM 367/02 para a sua investidura no Comitê de Finanças da Companhia; e (b) tomarão posse em seu cargo mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse. **(iv)** A eleição dos seguintes membros do Comitê de Recursos Humanos, bem como a ratificação de todos os atos praticados pelos membros do mandato anterior até a presente data: **a. CATIA VALERÍA DE PAIVA PORTO – Membro do Comitê de Recursos Humanos**, brasileira, casada, psicóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 07221230-1 – IFP, inscrita no CPF/ME sob nº 005.493.187-80, com endereço comercial na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. General Flores da Cunha, nº 1943; e **b. EDUARDO CAMPOZANA GOUVEIA – Coordenador do Comitê de Recursos Humanos**, brasileiro, casado, bacharel em ciência da computação, portador da cédula de identidade RG nº 2012951, inscrito no CPF/ME sob o nº 398.091.104-72, com endereço comercial na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. General Flores da Cunha, nº 1943. **c. PETER TAKAHARU FURUKAWA – Membro do Comitê de Recursos Humanos**, brasileiro, divorciado, administrador, inscrito no CPF/ME sob o nº 031.741.678-25 e RG nº 11382108 SSP/SP, com endereço comercial na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. General Flores da Cunha, nº 1943. Os membros do Comitê de Recursos Humanos ora reeleitos terão mandato até 8 de março de 2024. Os membros ora eleitos (a) declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei das S.A. e na Instrução CVM 367/02 para a sua investidura no Comitê de Recursos Humanos da Companhia; e (b) tomarão posse em seu cargo mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse. **(v)** Manifestar-se favoravelmente sobre a proposta de limite global de remuneração anual dos administradores da Companhia, que deverá ser submetida à aprovação dos acionistas da Companhia. **(vi)** A convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada na data de 28 abril de 2023, para deliberar sobre as matérias estabelecidas nos itens (i) e (v) acima. A publicação do respectivo Edital de Convocação e a divulgação dos demais documentos pertinentes (incluindo aqueles exigidos pelas Instruções CVM nº 480/2009 e nº 481/2009) dar-se-ão na forma e prazos previstos na regulamentação. **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. **Assinaturas**: Mesa: Flávio Benício Jansen Ferreira – Presidente da Mesa; Jean Pablo de Mello – Secretário da Mesa. **Conselheiros**: Flávio Benício Jansen Ferreira – Presidente; Christiano Antoniazzi Galló – Membro Independente; Eduardo Campozana Gouveia – Membro Independente; José Zitelmann Falcão Vieira – Membro Independente; Leila Harumi Nakashima – Membro Independente; Luiz Antonio de Moraes de Carvalho – Membro Independente; e Peter Takaharu Furukawa – Membro. Esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Cachoeirinha, 8 de março de 2023. **Mesa**: **Flávio Benicio Jansen Ferreira** - Presidente, **Jean Pablo de Mello -** Secretário. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul.** Certifico registro sob o nº 8863047 em 13/04/2023 da Empresa LOJAS QUERO-QUERO S.A., CNPJ 96418264021802 e protocolo 230908292 - 27/03/2023. Autenticação: DAD4E393B43956FFC499E694458A9A419C3D4C. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 9 9649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

SETA S.A. Extrativa Tanino de Acácia - CNPJ nº 89.717.268/0001-52 - Nire 43300002730 - **Edital de Convocação:** Ficam convocados os Srs. acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 9:00 horas do dia 28/04/2023, na Av. 1º de Maio, nº 1109, em Estância Velha, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1)** Tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **2)** Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e **3)** Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração. A Diretoria informa que os documentos previstos no Artigo 133 da Lei das Sociedades Anônimas foram publicados e estão disponíveis na sede da Companhia. Estância Velha, RS, 17/04/2023. Roberto Luz - Diretor Presidente ASCOL

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br

comercial@jornaldocomercio.com.br

(51) 3213-1333 / 3213-1338

(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

SETAPAR S.A. - CNPJ nº 93.138.204/0001-74 - NIRE 43300030482 **- Edital de Convocação:** Ficam convocados os Srs. Acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 11:00 horas do dia 28/04/2023, na Av. 1º de Maio, nº 1109, em Estância Velha, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1)** Tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **2)** Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e **3)** Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração. A Diretoria informa que o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes foram publicados e que o parecer do conselho fiscal, conforme o art. 133, § 3º, da Lei nº 6.404/76, encontra-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Estância Velha, RS, 17/04/2023. A Diretoria ASCOL

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

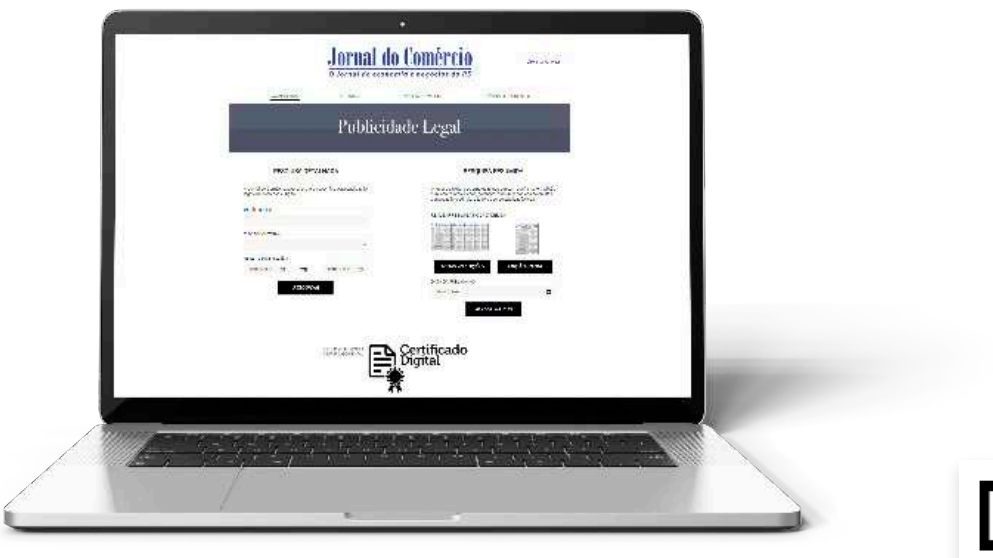
O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br

comercial@jornaldocomercio.com.br

(51) 3213-1333 / 3213-1338

(51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

BIOMETANO SUL S.A. - CNPJ/ME 47.360.931/0001-64 - NIRE 43.300.069.087

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE JANEIRO DE 2023

1. Data, hora e local. Realizada em 1º de janeiro de 2023, às 08:45, na sede da **Biometano Sul S.A.**, localizada na cidade de Minas do Leão, estado do Rio Grande do Sul, na BR-290, km 181, s/nº, parte, Recreio, CEP 96755-000 ("Companhia"). **2. Presença e convocação.** Dispensadas as formalidades de convocação, em razão da presença da totalidade das acionistas da Companhia, na forma do artigo 124, §4º da Lei 6.404/76, conforme alterada. **3. Mesa.** Presidente – Sr. Sergio Arosti Maturana; e Secretário – Sr. Roberto da Rocha Miranda de Faria. **4. Ordem do dia.** (i) renúncia de membro do Conselho de Administração; (ii) eleição de novo membro do Conselho de Administração; e (iii) ratificação da composição do Conselho de Administração da Companhia. **5. Deliberações.** As acionistas, após deliberação, por unanimidade e sem ressalvas, decidiram o seguinte: **5.1.** Aceitar a renúncia apresentada pelo Sr. **Lucas Quintas Radel,** brasileiro, engenheiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade RG nº 1.712.696-75, emitida pela SSP/BA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 367.635.515-68, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, apresentada nesta data, conforme termo de renúncia arquivado na sede da Companhia. **5.2.** Eleger, como Presidente do Conselho de Administração, o Sr. **Sergio Arosti Maturana**, brasileiro, em união estável, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade RG nº 18.825.657, emitida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 176.988.508-03, com endereço comercial na sede da Companhia e indicado pela acionista Solví Essencis Ambiental S.A. ("Solví Essencis"), com mandato unificado ao dos demais Conselheiros, até 27 de abril de 2025, conforme termo de posse e declaração de desimpedimento anexo à presente ata. Permanece como suplente do Presidente do Conselho de Administração o Sr. **Anrafel Vargas Pereira da Silva**, brasileiro, engenheiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, portador do RG nº 19.969.925-2, emitido pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 161.481.318-38, com endereço comercial na sede da Companhia. **5.3.** Ratificar a composição do Conselho de Administração da Companhia, com mandato até 27 de abril de 2025, da seguinte forma: **a)** Sr. **Sergio Arosti Maturana**, acima qualificado, como Presidente do Conselho de Administração, com o Sr. **Anrafel Vargas Pereira da Silva**, acima qualificado, como seu suplente; **b)** Sr. **Ciro Cambi Gouveia**, brasileiro, engenheiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, portador do RG nº 22.289.381-3, emitido pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 285.441.418-70, com endereço comercial na sede da Companhia, membro do Conselho de Administração, com o Sr. **Anrafel Vargas Pereira da Silva**, acima qualificado, como seu suplente, ambos indicados pela Solví Essencis; e **c)** Sr. **Roberto da Rocha Miranda de Faria**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 09.239.663-9, emitida pelo IFP/RJ inscrito no CPF/ME sob o n.º 028.253.577-23, membro do Conselho de Administração, com o Sr. **Levi Souto Junior**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 3.268.602, emitida pelo IGP/SC, e inscrito no CPF/ME sob o nº 912.960.309-97, como seu suplente, ambos com endereço comercial na Praça Mahatma Gandhi, 2, Sala 1.101, Centro, CEP 20.031-100, Rio de Janeiro/RJ, indicados pela acionista Arpoador Energia Desenvolvimento de Projetos e Participações Ltda. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Confere com a original lavrada em livro próprio. Minas do Leão, 1º de janeiro de 2023. **Mesa: Sergio Arosti Maturana** - Presidente da Mesa e **Roberto da Rocha Miranda de Faria -** Secretário da Mesa. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certificado registro sob o nº 8798399 em 14/03/2023 da Empresa BIOMETANO SUL S.A., CNPJ 47360931000164 e protocolo 230306926 - 30/01/2023. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

VENTOS DO SUL ENERGIA S/A

CNPJ 06.016.348/0001-53 – NIRE 43 3 0004554 4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A administração da empresa Ventos do Sul Energia S/A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação o Relatório de Administração correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o qual está sendo divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e normas IFRS, comparativas ao ano 2021.

1. Considerações iniciais: A Companhia foi constituída em 30 de setembro de 2003, sob a forma de sociedade limitada, sob a denominação Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda, com prazo indeterminado, data em que suas operações tiveram início. Em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo societário de limitada para sociedade anônima, teve sua denominação social alterada para Ventos do Sul Energia S.A. Em 12 de setembro de 2019, a Companhia foi registrada na CVM sob o código 24767, como sociedade anônima de capital aberto, categoria B.

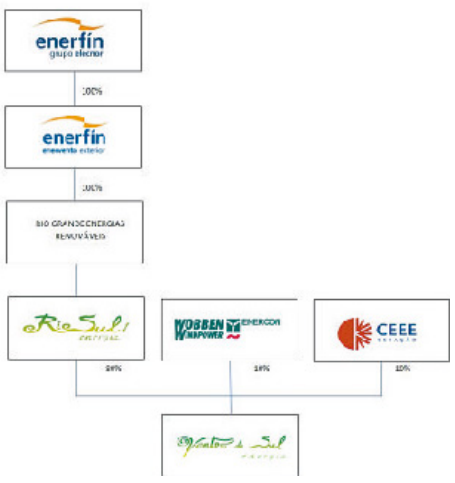
A Companhia tem sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e tem por objeto social a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica proveniente de fonte eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em empresa concessionária de serviço público.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. (Rio Sul 1), que detém 80% das ações da companhia. A Rio Sul 1 é uma controlada da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER), a qual detém 100% do seu capital social. Já a RGER, é uma subsidiaria da Enerfín Enervento Exterior S.L.U., a qual detém 100% do seu capital social e possui a Enerfín Sociedad de Energía S.L.U. como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

A parcela remanescente do capital social da Ventos do Sul Energia é detida pelos fabricantes de aerogeradores, Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. que detém 10% do capital social da Companhia (14.096.400 ações) e pela CEEE-G (Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica) que detém os outros 10% do capital social da Companhia (14.096.400 ações).

No Brasil, o Grupo Elecnor atua no setor elétrico, destacando-se na construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, na construção e operação de usinas eólicas, solares e na prestação de serviços ao transporte e distribuição de gás natural.

Composição Acionária



A energia elétrica é gerada pela Companhia através dos seus Parques Eólicos situados no município de Osório, no Estado do Rio Grande do Sul, contratados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

A Companhia possui atualmente um portfólio com 150 MW de parques eólicos com capacidade instalada própria, distribuídas em 3 Parques Eólicos denominados Parque Eólico de Osório, Parque Eólico de Sangradouro e Parque Eólico dos Índios. Cada parque eólico é composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2MW/h. Os 3 parques juntos totalizam 75 aerogeradores em operação. Entraram em operação comercial em 2006, e foram investidos cerca de R$ 670 milhões.

Pelo fato de ser uma SPE (Sociedade de Propósito Específico), a Companhia mantém uma estrutura enxuta, dentro de uma política de austeridade e manutenção de custos baixos, mantendo rígidos controles administrativos, operacionais e legais, sendo gerida por profissionais e consultores altamente qualificados com experiência comprovada no setor, além da auditoria independente, possibilitando alto grau de segurança e transparência nos dados disponibilizados aos acionistas, parceiros e ao mercado em geral, adotando uma política de gestão preventiva e conservadora no que diz respeito aos riscos, sejam técnicos, sejam administrativos, buscando a redução da exposição às contingências.

A administração da Ventos do Sul segue otimista em relação aos avanços do setor de energia eólico brasileiro e continua confiante em sua plataforma de negócios, cada vez mais preparada e bem posicionada para enfrentar os desafios e oportunidades no país.

2. Energia Eólica: Desde o final do século 20, o risco de esgotamento dos recursos energéticos e a vulnerabilidade de frequentes cortes de energia elétrica em grande escala, bem como o aumento da preocupação com o meio ambiente, conduziu diversos países à busca por uma matriz energética mais diversificada, direcionando muitas pesquisas e investimentos para fontes de energia menos poluentes.

A energia eólica é a energia obtida a partir do movimento do ar, ou seja, a partir do vento, sendo, portanto, uma fonte de energia inesgotável, renovável e limpa. A sua geração evita a emissão de gases de efeito estufa e reduz o impacto sobre o aquecimento global. Representando um cenário energético ecologicamente favorável, a geração de energia a partir da fonte eólica auxilia a minimizar os impactos causados a fauna e a flora originados pelas formas tradicionais de geração de energia, além de não interferir nas atividades desenvolvidas nas áreas ocupadas pelas usinas.

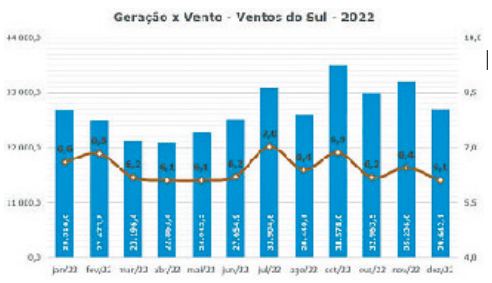
Em vista disso, a energia eólica é uma das fontes alternativas de energia que mais cresce no mundo, pois, além de ser uma fonte limpa, complementa as demais fontes energéticas, permitindo a economia de outros recursos naturais utilizados em outras formas de geração. No caso do sistema de abastecimento de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, a energia eólica tem ainda maior complementaridade e importância estratégica, pois a época de maior incidência dos ventos coincide com o período de seca na região contribuindo para a preservação dos mananciais hídricos e conservação dos reservatórios das hidrelétricas.

3. Comentário sobre a conjuntura

AMBIENTE MACROECONÔMICO: De acordo com o boletim Infovento 29, do mês de janeiro de 2023 divulgado pela ABEEólica – Associação Brasileira de Energia Eólica, em dezembro de 2022 a energia eólica passou a marca de 24 GW de capacidade instalada. São 869 parques eólicos instalados no Brasil que totalizaram mais de 9.772 aerogeradores. Há cerca de 1,5 GW em operação de testes que entraram em operação no início de fevereiro de 2023, com isso totalizando o total de energia eólica instalada para 24 GW. Conforme previsão da ABEEólica, até 2026 o País terá pelo menos 40,4 GW de capacidade instalada, conforme os contratos já assinados. Desde 2018, a energia eólica é a segunda fonte de geração em termos de relevância no abastecimento de energia elétrica no Brasil e atualmente ela representa 12,5% da matriz energética brasileira. Conforme dados Internacionais do Conselho Global de Energia (GWEC), o Brasil está em 6° lugar no Ranking Mundial de capacidade instalada de energia eólica, o que representa um aumento de 9 posições quando comparando com 2012, ano em que ocupávamos a 15°. A Energia Eólica gera uma grande contribuição para o Brasil. No período de 2011 a 2020 o total de investimentos chegou a cerca de US$ 35,8 Bilhões no setor e uma redução de 34,4 milhões de toneladas de CO^2 evitados na atmosfera em 2021 o que equivale a cerca de 34 milhões de automóveis, além disso a cada MW instalado é gerado cerca de 15 postos de trabalho.

4. Desempenho econômico-financeiro: Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita Operacional: A receita operacional bruta no ano de 2022 foi de R$ 255 milhões, representando a um aumento de 10% (R$ 23 milhões) quando comparado com o exercício anterior, cuja receita foi de R$ 232 milhões. As deduções sobre a receita operacional aumentaram na mesma proporção em R$ 23,6 milhões, representando um aumento de 9% (R$ 1,9 milhões) quando comparado com o exercício anterior. Em termos de resultado, as movimentações anteriores resultaram em uma receita operacional líquida de R$ 230,9 milhões, representando um aumento de 10% quando comparado ao período anterior. Importante destacar que a variação da receita e produção, está diretamente relacionada ao recurso eólico, que apresenta ciclos variáveis de maior ou menor intensidade ao longo do tempo. O gráfico a seguir registra a energia mensal produzida no exercício 2022 que resultou em uma geração anual superior a 355 MWh e em 2021 a geração foi de 381 MWh. Também são apresentadas as velocidades médias no mesmo período, podendo-se relacionar as duas grandezas. Observa-se que a velocidade média anual de ventos é superior a 6 m/s:



Geração Operacional de Caixa - EBITDA

A Companhia apresentou, nos últimos dois exercícios sociais, as seguintes medições não contábeis:

Em milhares de reais

	2022	2021
Lucro Líquido	85.520	77.058
Depreciação e amortização	20.410	20.299
Resultado Financeiro	17.847	19.081
IRPJ/CSLL	43.996	39.678
EBITDA	167.773	156.116
Receita Líquida	230.960	210.322
Margem EBITDA	72,6%	74,2%

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) representa a sigla em inglês para denominar o LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) e consiste no lucro líquido antes da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, do resultado financeiro líquido e das despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida. Apesar de ser uma medida e desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelo IFRS, e além de estar divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM 527/12. Ao analisarmos o resultado do exercício, podemos verificar que a margem de EBITDA do ano corrente foi de 72,6%, teve uma leve queda em relação exercício anterior, no qual a margem foi de 74,2%. Esta estabilidade é reflexo do cenário econômico da companhia, a qual detém a sua receita definida em contratos de longo prazo e que anualmente são atualizados de acordo com a inflação.

Lucro Líquido: Em 2022, o lucro líquido do exercício atingiu R$ 86 milhões, representando um aumento de 11% (R$ 8 milhões) quando comparado com o exercício anterior (R$ 77 milhões em 2021). Este aumento está em linha com o aumento de receita no período.

Destinação do Lucro Líquido do Exercício: De acordo com o estatuto social da Companhia, e o que determina o artigo 193 e 202 da Lei n.º 6.404/76, em 2022 foi destinado 50% do lucro líquido (R$ 42,7 milhões) do exercício aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Além disso, durante o ano de 2022 a companhia a companhia efetuou o pagamento da sua reserva de lucros referente a exercícios anteriores no montante de R$ 38,5 milhões.

Indicadores econômico-financeiros: Os principais indicadores econômico-financeiros ao final dos exercícios de 2022 e 2021:

	2022	2021
Liquidez Geral	0,33	0,27
Liquidez Corrente	0,33	0,33
Grau de Imobilização	5,65	6,78
Endividamento Total s/Patrimônio Líquido	6,94	7,9
Endividamento Total s/Ativo Total	0,87	0,89
Endividamento de Longo Prazo	0,56	0,7

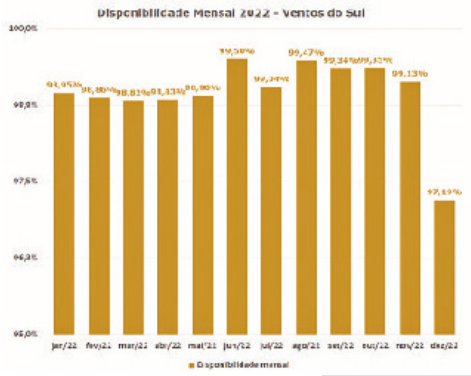
5. Investimentos: A Companhia investe exclusivamente na geração de energia elétrica de fonte eólica e acredita que essa característica a diferencia ao possibilitar conhecimento e dedicação específica sobre a atividade, permitindo uma gestão voltada para a redução dos riscos e despesas relacionadas às atividades de operação e manutenção do empreendimento.

A Companhia entende que o setor de energia renovável brasileiro se encontra maduro e considera estar bem posicionada para participar na geração de energia renovável nos próximos anos em função do seu robusto desempenho em operações e do retorno sobre os investimentos realizados.

A Companhia acredita que seu modelo de negócios apresenta uma equação de risco diferenciada, na medida em que foca na geração da energia produzida por seus ativos operacionais, que já superaram sua fase de implantação, eliminando os riscos relacionados a projetos em desenvolvimento e a projetos em implantação.

A Companhia não assume riscos relacionados à prospecção e desenvolvimento de projetos, não realiza investimentos em projetos pré-operacionais e não executa a construção de novos empreendimentos.

A companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva destes equipamentos. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade mínima e garantida de 97 % dos aerogeradores. Os resultados obtidos indicam que as máquinas mantem ou superam, após 15 anos de produção, a mesma disponibilidade mensal do início da operação conforme pode ser comprovado nos gráficos abaixo, com média anual 98,94%. Desta forma não se faz necessário reinvestimento em capex.



6. Gestão corporativa

Gestão operacional e administrativa: A Administração da Companhia é formada pelo Conselho de Administração e Diretoria. O Conselho de Administração é composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 11 membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral com mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. A Diretoria é composta por 3 membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração, por um prazo de mandato unificado de 3 anos, sendo permitida a reeleição e destituição.

A Companhia é gerida no formato de Sociedade de Propósito Específico (SPE) e a gestão administrativa e operacional é realizada por empresas especializadas nas respectivas áreas contando com a Enerfin do Brasil Sociedade e Energia Ltda. ("Enerfín"), que atua como gerenciadora de todo o processo, mediante contrato de gestão firmado entre as partes e, portanto, não possui colaboradores diretos.

Gestão Integrada – meio ambiente, saúde e segurança do trabalho: A gestão integrada da Ventos do Sul Energia S.A. é realizada pela "Enerfín", mediante contrato de gestão firmado entre as partes. A Enerfín é certificada pela NBR ISSO 14001:2015 e pela NBR ISSO 45.000, de acordo com a sua política que tem como compromisso contribuir para o desenvolvimento sustentável. Além disso, a empresa segue outros requisitos estabelecidos pela Política ambiental e Saúde e Segurança no Trabalho da organização Elecnor, controladora da Enerfín.

Quanto ao licenciamento ambiental, a empresa também passou por vistorias rotineiras do órgão ambiental o qual verificou a regularidade das condições previstas na licença de operação, tanto do parque quanto da linha de transmissão 230 Kv que conecta o mesmo ao sistema interligado nacional.

Existem canais de informação e comunicação adequados para que a política de gestão integrada seja conhecida, compreendida e aplicada por todas as pessoas dedicadas à organização, para que estejam conscientes de suas obrigações e os compromissos aplicáveis às atividades da Companhia.

Projetos sociais, culturais, esportivos e de incentivos à saúde

No exercício 2022, a Companhia operou pelo regime de apuração do lucro real e destinou cerca de R$ 1,2 milhões, oriundos da sua parcela dedutível de imposto de renda a pagar, para apoiar projetos sociais formalmente reconhecidos pelas respectivas leis de incentivo à saúde, ao idoso, à cultura, à criança e ao esporte.

A Companhia apoia o fomento do turismo local bem como promove e participa da divulgação de informações do Centro de Visitação e Difusão de Informações, um espaço aberto ao público em geral, dedicado à divulgação de informações relacionadas ao Complexo Eólico, sua tecnologia empregada para geração de energia renovável, a preservação do meio ambiente e o potencial turístico do município de Osório, associado aos seus valores culturais, belezas naturais e esportes praticados na região.

Trata-se de um espaço de convivência social que visa contribuir com o desenvolvimento regional da infraestrutura social, ambiental e cultural do município de Osório, tornando-o uma referência de ecologia e turismo de parada obrigatória nas viagens ao litoral do Rio Grande do Sul. O empreendimento está localizado às margens da Rodovia BR-101, junto à entrada principal do Complexo Eólico de Osório, próximo ao Parque de Rodeios Jorge Dariva.

7. Auditores independentes: Em conformidade com a Instrução CVM n° 162, de 14 de julho de 2022 que substitui a Instrução CVM nº 381, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 10/05/2022, com vigência de 12 (12) meses. Em 2022, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R$ 262.700 mil, referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais). A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Neste sentido, a Deloitte emite anualmente em seu relatório de auditoria uma declaração de independência na qual declaram que, conforme previsto pelas regras de independência adotadas pela Comissão de Valores Mobiliários, não existe qualquer relação entre a Deloitte, suas associadas e afiliadas e a Companhia que possam afetar a independência.

8. Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos Acionistas pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade, bem como a todos os membros da atual Diretoria.

Também cabe registrar um especial reconhecimento à dedicação dos profissionais internos e externos, particularmente aos interlocutores das sociedades participantes, agentes da Eletrobras, BNDES e aos proprietários rurais parceiros, colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, entidades financeiras, representantes das comunidades de Osório e Porto Alegre, demais agentes do setor elétrico, enfim, a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão como produtora de energia no exercício de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.339	11.995
Contas a receber de clientes	6	41.376	31.621
Despesas antecipadas		820	712
Impostos a recuperar	7	255	210
Outros Créditos		4	45
Total		58.794	44.583
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	8	36.044	34.155
Impostos a recuperar	7	-	1.169
Outros Créditos		83	80
IRPJ e CSLL diferidos	9	1.885	1.045
Arrendamentos	14	3.630	3.083
Investimentos		57	57
Imobilizado	10	248.036	268.945
Total		289.735	308.534
TOTAL DO ATIVO		348.529	353.117

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores		1.346	1.370
Contas a pagar - Eletrobras	11	70.336	39.047
Debêntures	12	54.671	50.535
Impostos a recolher		1.905	1.266
Provisão IRPJ e CSLL		2.687	752
Partes Relacionadas	22.1	1.335	1.572
Dividendos a pagar	22.2	42.760	38.529
Outras obrigações		817	905
Provisões		650	650
Arrendamentos	14	307	363
Total		176.814	134.989
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	12	116.956	167.838
Arrendamentos	14	3.802	3.074
Provisão para Desmobilização	10.3	5.506	7.530
Provisão para riscos tributários	15	1.534	-
Total		127.798	178.442
Total do Passivo		304.612	313.431
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16	964	964
Reservas de lucro	16	42.953	38.722
Total do patrimônio líquido		43.917	39.686
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		348.529	353.117

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - (Em milhares de reais - R$)

			Reservas de Lucro			
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial	Lucros Acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		964	193	32.890	-	34.047
Lucro líquido do Exercício		-	-	-	77.058	77.058
Destinação de Dividendos		-	-	-	(38.529)	(38.529)
Distribuição de Dividendos		-	-	(32.890)	-	(32.890)
Constituição de reserva especial		-	-	38.529	(38.529)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		964	193	38.529	-	39.686
Lucro líquido do Exercício		-	-	-	85.520	85.520
Destinação e Distribuição de Dividendos	16.c	-	-	-	(42.760)	(42.760)
Distribuição de Dividendos	16.c	-	-	(38.529)	-	(38.529)
Constituição de reserva especial		-	-	42.760	(42.760)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		964	193	42.760	-	43.917

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - (Em milhares de reais - R$)

	Nota	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	230.960	210.322
Custo da Operação	18	(81.793)	(72.456)
LUCRO BRUTO		149.167	137.866
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	18	(7.840)	(6.350)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	6.036	4.301
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		147.363	135.817
Receitas financeiras		7.993	1.595
Despesas financeiras		(25.840)	(20.676)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		129.516	116.736
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9		
Corrente		(44.836)	(40.014)
Diferido		840	336
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		85.520	77.058
LUCRO POR AÇÃO			
Lucro Líquido Básico por ação		0,61	0,55
Lucro Líquido Diluído por ação		0,61	0,55

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - (Em milhares de reais - R$)

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	85.520	77.058
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	85.520	77.058

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

Continua »»»

»»» Continuação

VENTOS DO SUL ENERGIA S/A - CNPJ 06.016.348/0001-53 - NIRE 43 3 0004554 4

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - (Em milhares de reais - R$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	2022	2021
Lucro líquido do Exercício		85.520	77.058
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e Contribuição social	9	43.996	39.678
Crédito de PIS e COFINS		(1.438)	(1.437)
Juros sobre a dívida	19	23.801	19.196
Despesas Financeiras com Desmobilização	19	302	210
Despesas Finan. Arrendamento	19	445	374
Depreciação Arrendamento		184	148
Amortização Desmobilização		385	548
Depreciação e amortização	10	19.842	19.604
Provisão para riscos tributários		1.534	-
		174.571	155.379
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(9.755)	(13.234)
Créditos diversos		37	35
Impostos a recuperar	7	1.124	4.816
Despesas antecipadas		(108)	32
Fornecedores		(24)	236
Contas a pagar - Eletrobras	11	31.289	20.540
Impostos a recolher		(5.005)	(7.212)
Partes Relacionadas	21.1	(237)	(3.106)
Outras obrigações		(87)	405
Caixa gerado pelas atividades operacionais		191.805	157.891
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PAGOS	9	(37.257)	(35.317)
Pagamento de juros		(19.883)	(10.665)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		134.665	111.909
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	10	(206)	(463)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(206)	(463)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de Arrendamento		(504)	(428)
Pagamento de debêntures	12	(51.203)	(48.060)
Comissionamento		539	539
Pagamento de dividendos	15.c	(77.058)	(65.781)
Aplicações financeiras vinculadas		(1.889)	(7.961)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(130.115)	(121.691)
DF		4.344	(10.245)
DEMONSTRAÇÃO DO REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do Exercício	5	11.995	22.240
Caixa e equivalentes de caixa no fim do Exercício	5	16.339	11.995

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DDO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - (Em milhares de reais - R$)

	2022	2021
RECEITAS	260.632	236.299
Vendas de energia	254.596	231.998
Outras receitas	6.036	4.301
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	66.888	56.158
Custos da Operação	59.316	50.113
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	7.572	6.045
VALOR ADICIONADO BRUTO	193.744	180.141
Depreciação e Amortização	20.410	20.299
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	173.334	159.842
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	7.993	1.595
Receitas financeiras	7.993	1.595
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	181.327	161.437
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	181.327	161.437
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	67.632	61.354
Federais	67.632	61.354
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	28.175	23.025
Juros	25.840	20.676
Alugueis	2.335	2.349
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	85.520	77.058
Dividendos	42.760	38.529
Lucro retido	42.760	38.529
	181.327	161.437

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - (Em milhares de reais - R$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: 1.1. Contexto Operacional: A Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, categoria B, código de registro na CVM 24767, concedido em 12/09/2019, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 – Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, que em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima, sucedeu a empresa Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda., constituída em 30 de setembro de 2003. A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. (Rio Sul 1), que detém 80% das ações da companhia. A Rio Sul 1 é uma controlada da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER), a qual detém 100% do seu capital social. Já a RGER, é uma subsidiaria da Enerfín Enervento Exterior S.L.U, a qual detém 100% do seu capital social e possui a Enerfín Sociedad de Energía S.L.U. como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.
A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Acionistas	Ações	% de Participação
Rio Sul 1 Energia Ltda.	112.771.200	80%
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE – G	14.096.400	10%
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	14.096.400	10%
	140.964.000	100%

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Habilitação	Contratos	Local de Geração Município de Osório/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Osório composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 29 de junho de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Sangradouro composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de setembro de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico dos Índios composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 13 de dezembro de 2006

a) Licenças e autorizações: A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO nº 2879/2020 é valido até 14/05/2025 o documento está disponível no site www.fepam.rs.gov.br. A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução nº 692, de 17 de dezembro de 2002, autorizando a Companhia como produtor Independe de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 18.12.2002, seção 1, p.72 v. 139, n. 244. **b) Contrato Proinfa:** O prazo do contrato de Compra e Venda de energia no âmbito do Proinfa firmado com a Eletrobrás é de 20 anos, encerrando-se em 2026. **c) Risco da Operação**: Se considerado os 15 anos de operação dos parques eólicos da Companhia (2007 a 2022), a geração média anual equivale a 354 MW, com uma velocidade média do mesmo período histórico superior de 6 m/s. Estes dados históricos revelam a maturidade do projeto e são indicativos de redução de risco da operação. **1.2. Continuidade Operacional:** A Companhia apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido negativo no montante de R$118.020 em 2022 (R$90.406 em 31 de dezembro de 2021), decorrente do contas a pagar Eletrobrás conforme descrito na nota explicativa n° 11 e o fluxo de pagamento de debêntures descrito na nota explicativa nº 12. Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações das debêntures conforme cronograma estabelecido na Escritura de Emissão de Debêntures, bem como que a manutenção atual da gestão de seus ativos será suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. Além disso, historicamente a companhia vem gerando recursos suficientes para arcar com todas as suas obrigações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB". As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 24 de fevereiro de 2023. **2.2. Moeda Funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida de provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.5. Imobilizado:** Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, os custos com desmontagem e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, a partir da data de homologação dos ativos, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.6. Provisão para desmobilização:** As provisões para desmontagem são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nos parques de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas futuras com a desmontagem, remoção dos equipamentos e recuperação da área para o seu estado original. Esta provisão é estimada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. **2.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia avalia se existem indicativos de que o valor contábil de seus ativos sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicativo, é efetuada uma revisão do valor recuperável para determinar se existe perdas de valor recuperável a serem registradas. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.8. Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Impostos diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. **2.9. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.10. Reconhecimento de receita:** A receita proveniente da venda de energia gerada é registrada com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento. Os valores são faturados para os clientes de acordo com os volumes de energia contratados. A Companhia pode em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia for inferior a contratada, que é registrada na rubrica "Contas a pagar - Eletrobras" ou um direito, quando o volume de energia for superior a contratada, que é registrado na rubrica "contas a receber". O valor registrado na rubrica "Contas a pagar - Eletrobras" e "contas a receber" é devolvido ou recuperado no exercício seguinte em doze parcelas iguais, conforme estabelecido em contrato. **2.11. Ativos e passivos financeiros:** A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar. a) Custo amortizado: Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, debêntures e fornecedores. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. b) Mensurados ao valor justo por meio de resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **2.11.1. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.12. Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos. **2.13. Demonstração do Valor Adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas na Deliberação do CMV nº 557/08 e no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimento controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **2.14. Demonstração do fluxo de caixa:** Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa. **2.15. Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("ON") e preferenciais ("PN") dos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, nos termos do CPC 41. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria, nos termos do CPC 41. **2.16. Segmento Operacional:** A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de geração de energia elétrica gerada a partir de fonte renovável eólica, por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia. **2.17. Contratos de arrendamento ("leasing"):** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual. (a) Direito de uso de arrendamentos: Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável ("impairment"). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. (b) Arrendamentos a pagar: Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS: O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, sendo elas: a) Pronunciamentos emitidos e que não entraram em vigência: (I) IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros. (II) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes. (III) Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis. (IV) Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis. (V) Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction"). (VI) Alterações IFRS 10/CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2); - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou Joint Venture. b) Pronunciamentos já emitidos, entraram em vigência e que ainda não foram adotados pela Companhia: (I) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura. (II) Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato. (III) Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado -Recursos Antes do Uso Pretendido. (IV) Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual. A Companhia avaliou previamente os novos pronunciamentos mencionados acima e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NA ESTIMATIVAS: Na aplicação das políticas contábeis da Companhia a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **4.1. Principais julgamentos e fontes incertezas nas estimativas:** A seguir, são apresentadas os principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício. **4.1.1. Vida útil dos bens do imobilizado:** A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2015, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados, alterou a vida útil dos Aerogeradores e Infraestruturas, aumentando de 20 para 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável. **4.1.2. Avaliação de instrumentos financeiros:** Conforme descrito na nota explicativa nº 13, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 13 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros. **4.1.3. Desmobilização de Ativos - Custos de Desmontagem:** A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como taxa de desconto, conforme descrito na nota explicativa nº 10.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes. **4.1.4. Estimativa da taxa incremental de arrendamentos:** Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia efetua o cálculo da taxa incremental tomando como base o custo dos encargos sobre empréstimos em condições semelhantes de aquisição em ambiente econômico similar. **4.1.5. Provisão para riscos tributários:** A provisão é realizada de acordo com avaliação da companhia, suportada pelos seus advogados, para causas consideradas como perda provável. Conforme nota explicativa nº 15 (R$ 1.534 em 2022).

Continua »»»

»»» Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - (Em milhares de reais - R$)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
Saldo de caixa e bancos	551	61
Aplicações financeiras	15.788	11.934
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	16.339	11.995

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Aplicação Financeira

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Rentabilidade	2022	2021
Banco do Brasil	BB RF LP Corp	Indefinido	103% do CDI a.a.	35	31
Banco Itaú	ITAU SOBERANO RF	Indefinido	99,81% do CDI a.a.	15.753	11.903
				15.788	11.934

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES: Estão demonstrados os valores a receber relativamente ao fornecimento de energia, conforme contrato firmado com a Eletrobrás.

	2022	2021
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás S.A.	41.376	31.621

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2022.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2022	2021
IR a compensar	160	1.283
CSLL a compensar	95	96
	255	1.378
Circulante	255	210
Não Circulante	-	1.169
	255	1.379

Os créditos acima apresentados são compensados de forma sistemática conforme determina a legislação fiscal e de acordo com a capacidade da Companhia de gerar tributos a pagar. A classificação entre circulante e não circulante está baseada na expectativa da Companhia em gerar tributos a pagar. Em 2022 o valor de R$1.169, referente IRPJ foi restituído. Essa restituição refere-se a pedido de PER/DCOMP de 2012 gerada por base negativa de IR.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS: Conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, foi constituída em garantia, Conta Reserva vinculada ao Contrato de Emissão de Debêntures equivalente ao valor da amortização semestral das debêntures. As aplicações financeiras correspondem a quotas do fundo "ITAU TOP DI FIC R" mantidas no Banco Itaú, acrescidas dos rendimentos auferidos até o encerramento do período. Os fundos têm como meta remunerar o investimento à variação do CDI.
As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentadas no ativo não circulante:

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Rentabilidade	2022	2021
Banco ITAÚ BBA	ITAÚ TOP DI FIC R	Indefinido	106,87 do CDI % a.a.	36.044	34.155

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **a) Impostos Correntes**: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente:

Reconciliação do IR/CS - Lucro Real	2022	2021
Resultado antes dos tributos	129.516	116.736
Alíquota combinada de impostos	34%	34%
Despesa fiscal à alíquota combinada	(44.035)	(39.690)
Outras diferenças permanentes líquidas	39	12
Imposto de renda e contribuição social	(43.996)	(39.678)
Corrente	(44.836)	(40.014)
Diferido	840	336
Total	(43.996)	(39.678)
Alíquota efetiva	(33,97%)	(33,99%)

b) Ativo Diferido referente a imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	2022			2021		
Provisão IR e CS Diferido	Provisionado	Realizado	Saldo	Provisionado	Realizado	Saldo
IRPJ Diferido	1.481	(95)	1.386	841	(73)	768
CSLL Diferido	533	(34)	499	303	(26)	277
Total	2.014	(129)	1.885	1.144	(99)	1.045

Expectativa realização do ativo diferido

2023	364
Acima 2024	1.521
Total	1.885

10. IMOBILIZADO: O ativo imobilizado, está segregado entre Administração Central e Operação do Sistema:

	Taxas anuais de depreciação e amortização %	2022 Custo	2022 Depreciação e amortização acumulada	2022 Líquido	2021 Líquido
Administração central:					
Computadores	20%	896	(804)	92	70
Máquinas e equipamentos	10%	2.025	(1.148)	877	920
Móveis e utensílios	10%	823	(778)	45	72
Instalações	10%	300	(202)	98	123
Veículos	20%	129	(129)	-	13
Operação do sistema:					
Terreno		43	-	43	-
Edific., obras civis e benf.	2,81%	84.831	(47.612)	37.219	39.934
Máquinas e equipamentos	3,11%	599.605	(393.002)	206.603	222.042
Desmobilização		4.551	(1.492)	3.059	5.771
		693.203	(445.167)	248.036	268.945

	Edificações, obras civis e benfeitorias e outros	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2020	43.603	246.047	289.650
Adições	463	-	463
Desmobilização	-	(2.453)	(2.453)
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	1.437	1.437
Amortização Desmobilização	-	(548)	(548)
Depreciação do exercício	(2.934)	(16.670)	(19.604)
Saldo em 31/12/2021	41.132	227.813	268.945
Adições	206	-	206
Baixa Desmobilização	-	(2.326)	(2.326)
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	1.438	1.438
Amortização Desmobilização	-	(385)	(385)
Depreciação do exercício	(2.964)	(16.878)	(19.842)
Saldo em 31/12/2022	38.374	209.662	248.036

10.1. Ativos cedidos em garantia: Os Aerogeradores que compõem máquinas e equipamentos, com valor residual contábil de R$209.662 (R$227.813 em 2021) foram cedidos em garantia em favor dos Debenturistas. A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los. **10.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("impairment"):** A Companhia avalia a cada data de apresentação os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 31 de dezembro de 2022. A Companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade média de 97% dos aerogeradores. Os resultados obtidos, 98,94% em 2022, 99,38% em 2021, indicam que as máquinas mantem ou superam, após 14 anos de produção, a mesma disponibilidade do início da operação. **10.3. Desmobilização de Ativos:** A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmobilização e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Em 31 de dezembro 2022, o saldo passivo da provisão para desmobilização de ativos totaliza R$5.506 (R$7.530 em 2021).

Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.773
Despesa Financeira	210
Atualização de Provisão	(2.453)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.530
Despesa Financeira	302
Atualização de Provisão	(2.326)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.506

11. CONTAS A PAGAR – ELETROBRÁS

	2022	2021
Contas a pagar – Eletrobrás	70.336	39.047

Conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, o somatório das diferenças mensais apuradas durante o ano, período de 12 meses começando em janeiro e terminando em dezembro, será compensado nos pagamentos do ano subsequente. O contrato, estabelece que a parcela do ajuste será calculada pela diferença entre o produto da energia gerada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado pela curva do fator de capacidade e o produto da contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

12. DEBÊNTURES: A Companhia realizou em 21/10/2019 sua 1ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, totalmente destinados à liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução das atividades da Companhia. O valor total captado foi de R$325.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 30 de outubro de 2019. Foram emitidas 325.000 (trezentas e vinte e cinco mil) Debêntures, sendo 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) Debêntures da Primeira Série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano, e 98.000 (noventa e oito mil) Debêntures da Segunda Série com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. A amortização das debêntures e o pagamento de juros remuneratórios, ocorrerão semestralmente nos meses de dezembro e junho, sendo que a primeira amortização ocorreu em dezembro de 2019. Em dezembro de 2022 foi efetivada a sétima amortização de debêntures.

Abaixo é demonstrado a abertura e movimentação das debêntures:

Abertura e Saldos das Debêntures

Emissão	Taxas de Juros	Vencimento	Captação	Custo a apropriar	Saldo de Principal	Saldo de Juros	Total
1ª Emissão - 1ª Série	CDI + 0,75%	31/12/2025	227.000	(539)	115.238	683	115.382
1ª Emissão - 2ª Série	IPCA +3,25%	31/12/2025	98.000	(943)	57.108	80	56.245
			325.000	(1.482)	172.346	763	171.627

	2022	2021
Circulante	54.671	50.535
Não Circulante	116.956	167.838
Total Debêntures	171.627	218.373

12.1. Vencimento das parcelas de longo prazo: A Companhia classifica suas debêntures como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Valor
2024	76.407
2025	40.549
Total Passivo não Circulante	116.956

12.2. Mutação das debêntures **Mapa Movimentação de Debêntures**

Saldo final - 31/12/2020	257.363
Juros Incorridos	19.196
Amortização de debêntures	(48.060)
Amortização de juros	(10.665)
Custo de Captação a apropriar	539
Saldo final - 31/12/2021	218.373
Juros Incorridos	23.801
Amortização de debêntures	(51.203)
Amortização de juros	(19.883)
Custo de Captação a apropriar	539
Saldo final - 31/12/2022	171.627

12.3. Cláusulas contratuais restritivas - "covenants": A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual a partir do exercício social encerrado em 2020, bem como outras condições restritivas a serem observadas, tais como: i) transformação da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações. ii) celebração de contratos de mútuo pela Companhia, nos quais a Companhia figure na qualidade de mutuante, sem a prévia anuência dos Debenturistas. iii) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Companhia, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios caso: (a) a Companhia esteja inadimplente com qualquer das obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou Contrato de Garantia; e/ou (b) a Companhia não esteja cumprindo o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos). iv) cisão, fusão, incorporação, aquisição, constituição ou qualquer forma de reorganização societária que implique (a) alteração de controle da Companhia e/ou dos Acionistas, bem como (b) a participação da Companhia em outras sociedades, para a qual não tenha sido obtida a prévia e expressa anuência dos Debenturistas. v) qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, de forma direta ou indireta, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores. Em 31/12/2022 a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: 13.1. Gestão do risco de capital: A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (Debêntures conforme nota explicativa nº 12, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 16). **13.1.1. Índice de endividamento:** O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2022	2021
Dívida (a)	171.627	218.373
Caixa, Equivalentes e Aplicações Vinculadas (b)	52.383	46.150
Dívida líquida	119.244	172.223
Patrimônio líquido (c)	43.917	39.686
Índice de endividamento líquido	2,72	4,34

(a) A dívida é definida como empréstimos e debêntures de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº 12. (b) O valor é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital. **13.2. Categorias e apuração do valor justo de instrumentos financeiros:** Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros, de acordo com a CVM 699 e o CPC 46 que trata da Mensuração do Valor Justo:

Ativos Financeiros	Nível	2022	2021
		Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e Equivalente de Caixa	2	16.339	11.995
Aplicações financeiras vinculadas	2	36.044	34.155
Custo Amortizado		Valor Contábil	Valor Contábil
Contas a Receber Geração de Energia		41.376	31.621
Total dos ativos financeiros		93.759	77.771
Passivos Financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores		1.346	1.370
Contas a pagar - Eletrobras		70.336	39.047
Partes Relacionadas e dividendos		44.095	40.101
Debêntures		171.627	218.373
Outras obrigações		817	905
Total dos passivos financeiros		288.221	299.796

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir: • Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo. • Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado. A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. **13.3. Risco de Liquidez:** A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

Passivos	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 31/12/2022
Fornecedores	1.346	-	-	-	1.346
Contas a pagar - Eletrobras.	35.168	35.168	-	-	70.336
Partes Relac. e dividendos	44.095	-	-	-	44.095
Outras obrigações	817	-	-	-	817
Debêntures	35.543	35.543	142.172	-	213.258
	116.969	70.711	142.172	-	329.852

13.4. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno. **13.5. Gestão do risco de taxa de câmbio:** A Companhia não possui a transações em moeda estrangeira, consequentemente, não tem exposições às variações nas taxas de câmbio. **13.6. Gestão do risco de taxa de juros e índices flutuantes:** A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da taxa IPCA e DI aplicáveis às suas debêntures e aplicações financeiras. A exposição da Companhia às taxas de juros e índices flutuantes de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. **13.7. Gestão de risco de crédito:** As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas ao contrato com a Eletrobrás, que estabelece um prazo de 20 anos contratuais e encerra-se em 2026. **13.8. Análise de sensibilidade**: Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e debêntures com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI e IPCA. Dessa forma, a Companhia fica exposta às taxas de juros básicas que tem sofrido forte volatilidade no último ano em função do cenário econômico recente. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Um aumento ou redução na taxa básica do CDI é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros e IPCA ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração dos prováveis e possíveis impactos, sendo prováveis as taxas anuais projetadas pelo mercado e possíveis uma variação de 50% nas taxas estimadas. Sendo assim, se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, a Companhia teria o seguinte efeito no lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Risco	Instrumentos	(Possível) Variação de 50%
	Ativo Financeiro	
Baixa do CDI	Aplicações Financeiras:	51.832
	Taxa anual estimada do CDI para 2023 (Provável)	12,37%
	Efeito anual nas aplicações financeiras	6,19%
	Perda	(3.206)
	Passivo Financeiro	
Alta do CDI	Debêntures Série 1	115.382
	Taxa anual estimada de CDI + 0,75% (Provável)	13,12%
	Efeito anual nas Debêntures	6,19%
	Perda	(7.136)
	Passivo Financeiro	
Alta do IPCA	Debêntures Série 2	56.245
	Taxa anual estimada de IPCA + 3,25% (Provável)	8,35%
	Efeito anual nas Debêntures	2,55%
	Perda	(1.434)

13.9. Risco da escassez de vento: Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências. **13.10. Risco regulatórios**: As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

14. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS: 14.1. Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos: Conforme indica o IFRS16/CPC 06, "arrendamento é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo em troca de contraprestação". Em observância ao IFRS 16/CPC 06, a Companhia analisou todos os contratos de arrendamentos, e verificou que existem contratos de arrendamentos com valores fixos, e concluiu que os contratos se enquadram no IFRS16/CPC06. A Companhia tomou por base a taxa de desconto de 11,00%, aplicável aos contratos fixos de arrendamento no Brasil.

a) Direito de uso de arrendamentos:

	2022				2021
Terrenos	Período de Depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Contrato de Locação	Até 2040	1.016	(143)	873	635
Contrato de Locação	Até 2041	1.030	(143)	887	776
Contrato de Locação	Até 2042	1.298	(172)	1.126	969
Contrato de Locação	Até 2045	859	(115)	744	703
		4.203	(573)	3.630	3.083

A mutação do direito de uso de arrendamento está apresentada a seguir:

	Ativos de Direito de Uso
Saldo em 31/12/2020	2.722
Adição	508
Depreciação	(147)
Saldo em 31/12/2021	3.083
Adição	731
Depreciação	(184)
Saldo em 31/12/2022	3.630

b) Arrendamentos a pagar	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2020	34	2.949	2.983
Adição	-	508	508
Juros	-	374	374
Transferências	757	(757)	-
Amortizações	(428)	-	(428)
Saldo em 31/12/2021	363	3.074	3.437
Adição	-	731	731
Juros	-	445	445
Transferências	448	(448)	-
Amortizações	(504)	-	(504)
Saldo em 31/12/2022	307	3.802	4.109

c) PIS e COFINS a recuperar: Os contratos de locação e arrendamentos referidos nas letras "a" e "b", são firmados com pessoas físicas, e, portanto, não permitem que a Companhia utilize créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos efetuados aos arrendadores, conforme prescreve a legislação tributária. **d) Análise do impacto da inflação nos contratos de arrendamento:** A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso de arrendamentos, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar inflação projetada nos fluxos a serem descontados, haja vista vedação imposta pela norma contábil. Desta maneira, para atender orientações das áreas técnicas da CVM são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso de arrendamentos, da despesa financeira e da despesa de depreciação do período de dezembro 2022.

Passivo "leasing" saldo final	2022
Conforme apresentado IFRS 16	4.109
Com efeito da inflação	4.343
	5,69%
Direito de uso de arrendamentos, líquido saldo final	
Conforme apresentado IFRS 16	3.630
Com efeito da inflação	3.837
	5,69%
Despesa financeira	
Conforme apresentado IFRS 16	445
Com efeito da inflação	471
	5,69%

Passivo "leasing" saldo final	2022
Despesa de depreciação	
Conforme apresentado IFRS 16	184
Com efeito da inflação	194
	5,69%

14.2. Arrendamentos com remuneração variável: Determinados contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, prorrogáveis por período não inferior a doze anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos. Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no exercício:

	2022	2021
Despesa Arrendamentos	2.067	2.045

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS: A Companhia no ano de 2012 efetuou pagamento de IR e CSLL com créditos de impostos. Foi notificada em 2017 pela Receita Federal que não homologou a compensação declarada alegando que a receita correspondente as retenções na fonte que não foram oferecidas a tributação. Em 2022 foi negado o provimento a impugnação e mantido a notificação de lançamento. A administração da Companhia, suportada na avaliação de perda provável dos seus assessores jurídicos, efetuou o registro de provisão no montante de R$ 1.534 em 31 de dezembro de 2022.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R$964, é representado por 140.964 ações ordinárias nominativas de valor nominal R$1,00. **b) Reservas de lucro: b.1) Reserva Legal** - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. **b.2) Reserva Especial** - Corresponde ao valor remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R$42.760 que terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração. **c) Distribuição de lucro:** A Companhia cumpre a política de distribuição de dividendos que está em seu Estatuto Social, que determina como destinação mínima de dividendos 50% do lucro líquido, após as destinações legais, e consideração a cláusulas restritivas de distribuição de dividendos. A Companhia apurou o lucro líquido de R$85.520, sendo que R$42.760 foi destinado a dividendos e o saldo remanescente será mantido na rubrica de reserva especial de lucros. Em 2022 a companhia pagou R$77.058 de dividendos (Em 2021 o montante pago foi de R$65.781).

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	85.520	77.058
Reserva especial de lucros	42.760	38.529
Destinação de dividendos	42.760	38.529
	85.520	77.058
Distribuição de dividendos	38.529	32.890

17. RECEITA: A seguir, segue a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

Receita Bruta	2022	2021
Venda de energia	254.596	231.998
Impostos sobre vendas	(23.636)	(21.676)
Receita líquida	230.960	210.322

18. SEGMENTO OPERACIONAL: A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua somente no segmento de geração de energia elétrica de fonte renovável eólica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita da Companhia. A Companhia possui concentração de sua receita com o cliente Eletrobrás considerando o contrato de compra e venda de energia do Proinfa.

Continua »»»

»»» Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - (Em milhares de reais - R$)

19. DESPESA CLASSIFICADA POR FUNÇÃO

Despesa Classificada por função	2022	2021
Custo da Operação	81.793	72.456
Gerais e Administrativas	7.840	6.350
Outras receitas operacionais líquidas	(6.036)	(4.301)
Total	83.597	74.505

Despesa Classificada por natureza	2022	2021
Custo de Operação e Manutenção	46.497	38.757
Encargos Uso do Sistema e Produção	12.819	11.355
Arrendamentos	2.067	2.045
Depreciação	20.410	20.300
Despesa com Seguros	1.528	1.440
Despesa com Serviços Profissionais	2.575	2.431
Outras Despesas Administrativas	3.737	2.479
Outras receitas operacionais líquidas	(6.036)	(4.301)
Total	83.597	74.505

20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS E VARIAÇÃO CAMBIAL

	2022	2021
Receitas aplicações financeiras	7.961	1.552
Outras Despesas (Receitas)	32	43
Receitas financeiras	7.993	1.595
Juros sobre a dívida	(23.801)	(19.196)
Comissionamento	(539)	(539)
Despesa Financeira com Desmobilização	(302)	(210)
Despesas Financ. c/Passivo de Arrendamento.	(445)	(374)
Outros	(753)	(357)
Despesas financeiras	(25.840)	(20.676)

21. RESULTADO POR AÇÃO: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações do exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações no respectivo período, considerando os efeitos diluídos. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 - Resultado por Ação.

Resultado básico por ação	2022	2021
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas	85.520	77.058
Denominador		
Número de Ações	140.964	140.964
Lucro por ação – básico	0,61	0,55

Resultado básico por ação	2022	2021
Resultado diluído por ação		
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas	85.520	77.058
Denominador		
Número de Ações	140.964	140.964
Lucro por ação - diluído	0,61	0,55

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. com 80% das ações, a Wobben Windpower Ind. e Com. Ltda possui participação indireta com 10% das ações e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT com participação indireta de 10% das ações. A Companhia possui contratos de prestação de serviços relacionadas a operação e gestão dos parques eólicos.

22.1. Transações comerciais

Valores a pagar para partes relacionadas Passivo (a)	2022	2021
Circulante		
Fornecedores		
Elecnor do Brasil Ltda	151	132
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	1.184	1.440
Totais	1.335	1.572

Aquisição de Serviços Resultado	2022	2021
Custo da Operação		
Aquisição de Serviços		
Wobben Windpower Ltda	30.465	23.758
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	13.623	12.816
Elecnor do Brasil Ltda	1.898	1.691
Totais	45.986	38.266

a) Os serviços prestados por partes relacionadas seguem condições específicas estabelecidas no contrato firmado entre as partes e referem-se a serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados.

22.2. Dividendos: A Companhia destinou em 2022 o valor de R$42.760, corresponde a 50% do Lucro Líquido de 2022. O total de dividendos pagos no período foi de R$77.058.

Abaixo segue demonstrado o saldo de dividendos a pagar em 2023:

Dividendos a pagar para Acionistas	2022	2021
Wobben Windpower Ind. e Comércio Ltda	4.276	3.853
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE - G	4.276	3.853
Rio Sul 1 Energia Ltda	34.208	30.823
Totais	42.760	38.529

22.3. Remuneração dos Administradores: A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS: Trata-se dos créditos PIS e COFINS sobre a Depreciação e insumos de operação.

	2022	2021
Créditos de PIS e COFINS	6.036	4.286
Venda de Sucata	-	15
Total	6.036	4.301

24. COMPROMISSOS ASSUMIDOS: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:

Compromissos	Posição em 31/12/2022
Encargos de Transmissão	2.257
Arrendamentos	162
Wobben Windpower	2.681
Total	5.100

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.

ACIONISTAS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃOS	DIRETORIA	CONTADOR
Rio Sul 1 Energia Ltda.	Jose Castellanos Ybarra, Felipe Ostermayer	Jose Castellanos Ybarra – Diretor Presidente	Silvio Marcelino Bobrowski
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	Elena Díaz Pindado, Oscar Martín Pacios	Marco Antonio Morales Garrido – Diretor sem Designação Específica	CRC/RS 52.920/O-9
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G	Hans-Dieter Kettwig, Rogério Gonçalves Pizeta	Felipe Ostermayer – Diretor de Relações com Investidores	CPF 714.342.320-34

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Ventos do Sul Energia S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos do Sul Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Reconhecimento de receita:* Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.10 e nº 17 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente da geração de energia elétrica, sendo reconhecida quando esta é fornecida para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desse fornecimento. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude da relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e contas a receber e da dependência dos respectivos controles internos envolvidos no processo de reconhecimento da receita da Companhia. Para responder a esse principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) o entendimento e a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade operacional dos controles internos relevantes determinados pela Administração da Companhia para mensurar o montante da receita a ser reconhecida nas demonstrações financeiras; (b) procedimentos analíticos substantivos para avaliar a ocorrência da receita, comparando a receita reconhecida com as informações de geração de energia e preço contratadas com o cliente; e (c) recálculo das receitas baseadas nas cláusulas contratuais e nos dados obtidos de fontes oficiais. Nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas. Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas que suportam nossos testes, consideramos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração da Companhia e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos: *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2023.

Deloitte. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

Otávio Ramos Pereira Contador CRC nº 1 RS 057770/O-2

PUBLICIDADE LEGAL

TERMOLAR S/A

CNPJ/MF 92.780.634/0001-22 - NIRE 43 3 0000294 2

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a se realizar em **28 de abril de 2023,** às **14:00** horas, na sede social, à Rua Tamandaré, nº 500, Bairro Camaquã, CEP 91900-790, em Porto Alegre/RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte: ORDEM DO DIA: 1 - Leitura, discussão e aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 2 - Destinação do resultado do exercício; 3 - Eleição dos membros da Administração; 4 - Fixação da remuneração dos administradores; 5 - Assuntos gerais. Porto Alegre/RS, 18 de abril de 2023.

Natalie Ardrizzo - Diretora

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS INTEGRADAS DO SUL S.A.

CNPJ/MF Nº. 32.161.500/0001-00 - NIRE Nº. 43.300.062.627 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 02 de março de 2023, às 15h00, na sede social da Companhia, localizada na Av. Paraná, nº. 2435, bairro Navegantes, CEP 90.240-600, Porto Alegre/RS. **2. PRESENÇA**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA**: Presidente: Eduardo Siqueira Moraes Camargo. Secretário: Roberto Penna Chaves Neto. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** a celebração de contrato entre partes relacionadas; **(ii)** manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(iii)** examinar e opinar sobre: (iii.a) a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas; e (iii.b) o orçamento de capital da Companhia, para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023, com prazo de duração de 1 (um) ano; e **(iv)** convocar a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, por unanimidade de votos, deliberaram: **(i)** aprovar a doação ao Instituto CCR, na condição de Associada, referente ao orçamento anual de 2023, visando a realização de suas atividades de responsabilidade social, conforme termos e condições apresentados nesta reunião; e **(ii)** manifestaram-se favoravelmente (ii.a) ao relatório da administração, às contas apresentadas pela Diretoria e às demonstrações financeiras anuais da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, emitido nesta data, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, assim como à sua submissão à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas; (ii.b) à proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e (ii.c) à proposta de orçamento de capital para o exercício de 2023, com prazo de duração de 1 (um) ano; **(iii)** aprovar a convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 12 de abril de 2023, às 08h00; tudo conforme termos e condições apresentados nesta reunião. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. Porto Alegre/RS, 02 de março de 2023. **Assinaturas**: Eduardo Siqueira Moraes Camargo, Presidente e Roberto Penna Chaves Neto, Secretário. **Conselheiros**: **(1)** Eduardo Siqueira Moraes Camargo; **(2)** Pedro Paulo Archer Sutter; e **(3)** Roberto Penna Chaves Neto. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil*, *Roberto Penna Chaves Neto - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCERGS - Certifico o registro sob o nº 8857448 em 11/04/2023 da Empresa: CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS INTEGRADAS DO SUL S.A., CNPJ 32161500000100 e Protocolo 230826083 - 17/03/2023. José Tadeu Jacoby - Secretário Geral.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

Paludo Participações S.A.

CNPJ/ME 93.169.340/0001-21 - NIRE 43 3 0003125 0

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Convocamos os acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará às 9h do dia 27 de abril de 2023, na sede da Companhia, situada na Av. Severo Dullius nº 1.395, 9º andar, Bairro São João, Cep: 90.200-310, na cidade de Porto Alegre, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia, a saber: examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor Independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como a destinação do resultado do exercício. Porto Alegre, RS, 18 de abril de 2023. **Arlindo Paludo** - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

Madeireira Giacomet S.A. - Indústria e Comércio

CNPJ 88.612.395/0001-24 - NIRE 43.300.004.210

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas, cumprindo as disposições legais e Estatutárias, temos o prazer submeter à apreciação de V. Sas. O Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. **A Diretoria.**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	NOTAS	CONTROLADORA 2022	CONTROLADORA 2021	CONSOLIDADO 2022	CONSOLIDADO 2021
ATIVO CIRCULANTE		**42.395**	**50.625**	**510.215**	**335.405**
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	9.088	8.813	351.289	177.911
Clientes	(5)	1.122	666	19.343	36.288
Estoques	(6)	–	–	124.615	93.253
Impostos e contribuições a recuperar	(7)	35	13	11.983	24.839
Outros créditos	(9)	32.150	41.133	2.985	3.114
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**433.145**	**344.181**	**585.225**	**506.100**
Ativo Realizável a Longo Prazo		**51**	**24**	**27.447**	**7.092**
Créditos de desapropriação	(8)	–	–	1.002	961
Partes relacionadas	(20)	51	24	–	–
Depósitos judiciais	(10)	–	–	5.674	3.545
Impostos e contribuições a recuperar	(7)	–	–	19.910	1.722
Outros créditos	(9)	–	–	861	864
Investimentos	(11)	**365.210**	**284.625**	**–**	**–**
Propriedade para Investimento	(12)	**–**	**–**	**13.309**	**3.926**
Ativos Biológicos	(13)	**56.852**	**48.530**	**146.428**	**88.636**
Imobilizado	(14)	**11.014**	**11.002**	**397.818**	**406.251**
Intangível		**18**	**–**	**223**	**195**
TOTAL DO ATIVO		**475.540**	**394.806**	**1.095.440**	**841.505**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTAS	CONTROLADORA 2022	CONTROLADORA 2021	CONSOLIDADO 2022	CONSOLIDADO 2021
PASSIVO CIRCULANTE		**29.257**	**34.017**	**215.733**	**176.116**
Empréstimos e financiamentos	(15)	–	–	133.557	26.541
Partes relacionadas	(20)	1.837	–	–	–
Dividendos a pagar	(19)	27.011	33.633	41.907	52.650
Fornecedores		23	31	16.363	32.645
Impostos e contribuições	(18)	230	198	6.677	34.249
Salários		139	133	6.606	10.207
Provisão para contingências	(17)	–	–	1.452	1.748
Outras obrigações		17	22	9.171	18.076
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**7.721**	**7.497**	**271.993**	**180.031**
Empréstimos e financiamentos	(15)	–	–	184.689	95.776
Impostos diferidos	(16)	4.721	4.497	42.986	40.068
Impostos e contribuições	(18)	–	–	35.794	35.794
Provisão para contingências	(17)	3.000	3.000	7.886	7.837
Outras Obrigações		–	–	638	556
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**438.562**	**353.292**	**607.714**	**485.358**
Capital social	(19)	75.900	75.900	75.900	75.900
Reservas de lucros		297.964	212.600	297.964	212.600
Ajustes avaliação patrimonial		64.698	64.792	64.698	64.792
Particip. dos acionistas não controladores		–	–	169.152	132.066
TOTAL DO PASSIVO E PATRIM. LÍQ.		**475.540**	**394.806**	**1.095.440**	**841.505**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTAS	CONTROLADORA 2022	CONTROLADORA 2021	CONSOLIDADO 2022	CONSOLIDADO 2021
RECEITA LIQUIDA DE VENDAS	(21)	**20.353**	**20.685**	**905.330**	**733.883**
Custo dos produtos vendidos	(22)	(7.384)	(7.199)	(421.811)	(338.211)
LUCRO BRUTO		**12.969**	**13.486**	**483.519**	**395.672**
Despesas com vendas	(22)	–	–	(190.251)	(113.363)
Despesas administrativas	(22)	(1.651)	(1.404)	(33.478)	(20.492)
Resultado de equivalência patrimonial	(11)	112.687	123.218	–	–
Outras rec. e desp. operac. líquidas	(23)	217	(360)	6.518	5.566
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		**124.222**	**134.940**	**266.308**	**267.383**
Receitas financeiras	(24)	1.045	335	16.132	4.580
Despesas financeiras	(24)	(23)	(12)	(22.112)	(14.153)
RESULTADO ANTES DA CS E DO IR		**125.244**	**135.263**	**260.328**	**257.810**
Prov. p/ CSLL e IRPJ - corrente e diferido	(16)	(804)	(605)	(83.891)	(79.937)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:		**124.440**	**134.658**	**176.437**	**177.873**
Acionistas controladores		**–**	**–**	**124.440**	**134.658**
Acionistas não controladores		**–**	**–**	**51.997**	**43.215**
Resultado básico por ação (Valores expressos em Reais)	(25)	**1,64**	**1,77**		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DOS PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reservas de Lucros					Ajustes Avaliação Patrimonial					
CONTROLADORA	**Capital Social**	**Reserva Legal**	**Reserva Aplicação Incentivos Fiscais**	**Reserva Especial Correção Monetária Reflorestamento**	**Reserva Lucros a Realizar**	**Reserva Especial de Lucros**	**Reserva Especial Lucros Ativos Biológicos**	**Controladora**	**Controlada**	**Lucros Acumulados**	**Total Controladora**	**Acionistas não Controladores**	**Total Consolidado**
SALDOS EM 31/12/2020	**75.900**	**12.234**	**497**	**1.261**	**28.243**	**67.756**	**35.860**	**5.944**	**58.941**	**–**	**286.636**	**122.196**	**408.832**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	134.658	134.658	43.215	177.873
Constituição Reserva Legal	–	2.946	–	–	–	–	–	–	–	(2.946)	–	–	
Transferência de Reserva	–	–	–	–	–	834	–	–	–	–	834	–	834
Dividendos Distribuídos	–	–	–	–	–	(35.908)	–	–	–	–	(35.908)	(16.673)	(52.581)
Dividendos Propostos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(32.928)	(32.928)	(16.672)	(49.600)
Realização Ajustes Ativos Biológicos	–	–	–	–	–	–	7.684	–	–	(7.684)	–	–	–
Realização Ajustes Aval. Patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	(93)	–	93	–	–	–
Constituição Reserva Especial de Lucros	–	–	–	–	–	91.193	–	–	–	(91.193)	–	–	–
SALDOS EM 31/12/2021	**75.900**	**15.180**	**497**	**1.261**	**28.243**	**123.875**	**43.544**	**5.851**	**58.941**	**–**	**353.292**	**132.066**	**485.358**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	124.440	124.440	51.997	176.437
Constituição Reserva Legal	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Transferência de Reserva	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos Distribuídos	–	–	–	–	–	(13.068)	–	–	–	–	(13.068)	(7.455)	(20.523)
Dividendos Propostos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(26.102)	(26.102)	(7.456)	(33.558)
Realização Ajustes Ativos Biológicos	–	–	–	–	–	–	8.045	–	–	(8.045)	–	–	–
Realização Ajustes Aval. Patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	(94)	–	94	–	–	–
Constituição Reserva Especial de Lucros	–	–	–	–	–	90.387	–	–	–	(90.387)	–	–	–
SALDOS EM 31/12/2022	**75.900**	**15.180**	**497**	**1.261**	**28.243**	**201.194**	**51.589**	**5.757**	**58.941**	**–**	**438.562**	**169.152**	**607.714**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL (CONTROLADORA): A Madeireira Giacomet S.A. - Indústria e Comércio é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede em Caxias do Sul, tem por objeto social a industrialização, o comércio e a exportação de madeiras; a exploração de culturas agrícolas em geral e a pecuária; importação em geral; o reflorestamento e florestamento e demais atividades inerentes a exploração florestal; podendo participar de outras sociedades, como sócia ou acionista. **CONTEXTO OPERACIONAL (CONTROLADAS)** A controlada Araupel S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Porto Alegre - RS e filial em Quedas do Iguaçu-PR. A controlada tem por objeto social a industrialização, o comércio, a importação e exportação de madeiras e produtos agroflorestais, locação de imóveis próprios, a prestação de serviços a terceiros na área industrial e florestal, bem como os serviços fitossanitários e a participação em outras sociedades. Em 28 de fevereiro de 2022 a Companhia passou por uma reestruturação societária, com objetivo de segregar as atividades industriais do agronegócio com base no balanço contábil de 28 de fevereiro de 2022. O acervo líquido cindido do patrimônio líquido foi de R$ 273.392 (duzentos e setenta e três milhões e noventa e dois mil) à empresa Millpar S.A., destacado a seguir:

Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	37.179
Contas a receber de clientes	102.215
Estoques	67.699
Impostos e contribuições a recuperar	845
Adiantamentos a fornecedores	1.126
Outros créditos	2.283
Não Circulante	
Impostos e contribuições a recuperar	1.753
Ativo biológico	8.627
Imobilizado	166.819
Intangível	127
Total do ativo	**388.673**
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	1.080
Empréstimos e financiamentos	16.747
Salários e contribuições sociais	7.903
Adiantamentos de clientes	140
Não Circulante	
Empréstimos e financiamentos	88.463
Imposto de renda e contribuição social diferidos	948
Total do passivo	**115.281**
Acervo líquido cindido	**273.392**

A Millpar S.A é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Guarapuava - PR onde está instalada sua principal unidade industrial com filial em Quedas do Iguaçu-PR. A Companhia tem por objeto social a industrialização, comércio, importação e a exportação de madeiras e produtos agroflorestais, a prestação de serviços a terceiros na área industrial e florestal, bem como os serviços fitossanitários. A Millpar S.A possui 100% do seu capital nacional, sendo controlado pela acionista majoritária Madeireira Giacomet S.A, que detém 68,31% das ações da Companhia controlada. A administração das controladas concluiu ser apropriada a adoção do pressuposto da continuidade normal de suas operações. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 04 de abril de 2023, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. **3. PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas estão aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas aos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **3.2 Clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes, classificadas na categoria de instrumentos financeiros, estão registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Os títulos em moeda estrangeira estão convertidos em moeda nacional pelo regime de competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo, montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. **3.3. Estoques:** São demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **3.4 Uso de estimativas:** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil tem como pressuposto que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisões para devedores duvidosos, estoques, provisão para contingências, valorização de instrumentos financeiros em geral, etc. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às naturais imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente. **3.5 Instrumentos financeiros:** Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente, ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. **3.6 Ajustes a valor presente:** Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo decorrentes de operações de curto prazo, não sendo apurado efeito significativo ou relevante. **3.7 Investimentos em controladas:** Os investimentos encontram-se avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional. As práticas contábeis adotadas são uniformes para registro das operações e avaliação dos elementos patrimoniais. **3.8 Propriedades para investimento:** É a propriedade mantida pelo proprietário para auferir aluguel para valorização do capital. Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. As receitas geradas pela propriedade para investimento que se encontra alugada são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado. **3.9 Ativos biológicos:** Os ativos biológicos da Controladora estão representados pelas florestas em formação de Pinus, cujos produtos agrícolas (toras) são vendidos em mercado ativo. Nas Controladas Araupel S.A e Millpar S.A. os ativos biológicos estão representados pelas florestas em formação de Eucalipto e Pinus, que são utilizadas basicamente como matéria-prima na própria indústria. A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos da controladora e da controlada Araupel S.A e Millpar S.A. corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos. Para a apuração do valor, tomou-se por base a prognose futura, ou seja, o volume comercial a ser gerado em cada fase do projeto, para árvore em pé, excluídos os tributos incidentes, as despesas de administração estimadas e as despesas de manutenção das plantações. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado. A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período. A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos, líquido dos impostos diferidos incidentes, é mantida dentro da reserva especial de lucros específica para a valorização dos ativos biológicos em função do seu valor justo, no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica, sendo neste momento transferido o valor proporcional realizado para lucros acumulados para destinação. A Companhia (Controladora e Controladas) definiu por efetuar a avaliação do valor justo de seus ativos biológicos a cada fechamento das demonstrações contábeis. **3.10 Imobilizado:** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 14. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado. **3.11 Operações de arrendamento mercantil:** Na avaliação da Administração da Companhia, os arrendamentos existentes se enquadram nas características para isenção de reconhecimento, e foram contabilizados no resultado em base linear ao longo dos contratos. **3.12 Análise sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda:** A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras. **3.13 Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis compreendem direito de tradição como exportador, marcas e patentes e direitos de uso de software. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear com base na vida útil definida. Para os casos que não tenham vida útil definida, é efetuada a análise de valor recuperável. **3.14 Valor recuperável de ativos** Os saldos das rubricas de ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. **3.15 Imposto de renda e contribuição social:** A Controladora calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido, pelo regime de tributação do lucro presumido. As Companhias controlada Araupel S.A. e Millpar S.A. calculam o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido pelo regime de tributação do lucro real. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados nos balanços pelos montantes líquidos, sendo provenientes basicamente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, e de diferenças temporárias. A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do exercício é apresentada nos balanços patrimoniais pelo líquido das antecipações de imposto pagos durante o exercício. **3.16 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos que a controladora mantém referem-se à captação de recursos de empresas controladas e estão registrados pelo seu valor original sem sofrer variações a título de remuneração, em função de não haver uma data pactuada para a liquidação desses valores. Os empréstimos da controlada Araupel S.A, bem como, da controlada Millpar S.A, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Controlada tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Conforme descrito na nota explicativa n° 15. **3.17 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando, sua realização ou liquidação sejam consideradas provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.18 Reconhecimento da Receita:** A receita é reconhecida no resultado quando: a) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; b) todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; c) a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida; d) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes. **3.19 Critérios adotados na consolidação:** As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais, (ii) os lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos são igualmente eliminados e (iii) as parcelas do patrimônio líquido e do resultado referentes às participações dos acionistas não controladores estão apresentadas em destaque no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício consolidado. As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as da Companhia e as de suas controladas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, como seguem, ressaltando que em 2022 a empresa Araupel S.A passou por uma reestruturação societária, sendo cindido parte de seu patrimônio pela empresa Millpar S.A (nota 1) conforme segue.

Empresas Consolidadas	Participação	Participação - % 2022	Participação - % 2021
Madegisa Investimentos e Representações Ltda	Direta	99,9900	99,9900
Millpar S/A	Direta	68,3052	–
Araupel S.A	Direta	68,3052	68,3052
Rio das Cobras Florestal Ltda.	Indireta	99,9993	99,9993

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Caixa e bancos	8	6	13.068	601
Recursos em moeda estrangeira (a)	–	–	36.189	66.847
Aplicações financeiras (b)	9.080	8.807	302.032	110.463
Total	**9.088**	**8.813**	**351.289**	**177.911**

(a) Recursos recebidos de exportações, através de ordens de pagamento, ou em conta internacional com processo de fechamento de câmbio a realizar. (b) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com liquidez imediata e remuneração de 101,8% até 102,4% do CDI em 2022 (101,1% do CDI em 2021). **5. CLIENTES**

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Clientes do mercado interno	1.998	1.758	3.949	4.231
Clientes do mercado externo	–	–	16.270	33.149
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(876)	(1.092)	(876)	(1.092)
Total	**1.122**	**666**	**19.343**	**36.288**

6. ESTOQUES

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Produtos prontos	34.779	51.566
Produtos em elaboração	62.351	15.362
Insumos	5.578	11.243
Almoxarifado	16.717	13.945
Adiantamento a fornecedores	5.190	1.137
Total	**124.615**	**93.253**

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR: Referem-se aos créditos que as controladas Araupel S.A. e Millpar S.A. têm de ICMS em suas unidades de produção em função das exportações de vendas ao mercado local para empresas beneficiadas com diferimento desse tributo e das vendas para fora do Estado com alíquotas interestaduais menores do que as internas que são pagas nas compras de insumos. Para realização destes créditos, as Controladas estão habilitadas no Programa SISCRED de transferências de ICMS dentro do Estado do Paraná, que habilita as Controladas a pagamento de fornecedores, venda de ICMS e pagamento desse tributo das Importações realizadas. As Controladas já consideram um deságio de 40% sobre os créditos de ICMS, a provisão é reconhecida no resultado na rubrica de outras receitas e despesas operacionais líquidas.

CIRCULANTE	2022	2021
Pis e Cofins a recuperar	13	13
Exclusão ICMS BC Pis e Cofins	22	–
Total CONTROLADORA	**35**	**13**
ICMS (líquido de provisão de deságio)	6.723	17.702
Pis e Cofins	4.337	6.484
Reintegra	72	72
IRPJ e CSLL	713	527
Demais impostos	138	54
Total CONSOLIDADO	**11.983**	**24.839**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA 2022	CONTROLADORA 2021	CONSOLIDADO 2022	CONSOLIDADO 2021
Lucro líquido do exercício	**124.440**	**134.658**	**176.437**	**177.873**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total	**124.440**	**134.658**	**176.437**	**177.873**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO MÉTODO INDIRETO (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA 2022	CONTROLADORA 2021	CONSOLIDADO 2022	CONSOLIDADO 2021
Resultado do exercício	**124.440**	**134.658**	**259.498**	**257.197**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Ajustes por:				
Depreciação, amortização e exaustão	5.361	5.167	99.221	34.955
Equivalência patrimonial	(112.687)	(123.218)	–	–
Valor justo dos ativos biológicos	(13.513)	(12.809)	(125.627)	(1)
Baixa de ativo Imobilizado	–	74	2.066	830
Provisão para contingências	–	–	(247)	(1.346)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(216)	23	(216)	23
Impostos diferidos	224	205	224	205
Juros e variações apropriados	–	–	2.454	14.449
Variações nos ativos e passivos				
(Aum.)/redução em contas a receber de clientes	(241)	928	18.066	(17.486)
(Aumento)/redução nos estoques	–	–	(27.333)	(35.417)
(Aum.)/red. nos imp. e contribuições a recuperar	(22)	–	(43.925)	(32.249)
(Aumento)/redução em outras contas a receber	75	(64)	(3.246)	4.343
Aumento/(redução) em fornecedores	(8)	24	(16.905)	15.849
Aum./(redução) em contas a pagar e provisões	2.075	984	(83.837)	(31.448)
Caixa líquido prov. das ativid. operacionais	**5.488**	**5.972**	**80.193**	**209.904**
Fluxos de caixa das ativid. de investimentos				
Dividendos recebidos	40.983	35.519	40.983	35.519
Aplicações em ativo imobilizado e ativos biológicos	(200)	(48)	(34.982)	(41.858)
Recompra ações dos sócios	–	–	(14)	–
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de investimentos	**40.783**	**35.471**	**5.987**	**(6.339)**
Fluxos de caixa das ativid. de financiam.				
Dividendos pagos	(45.995)	(37.950)	(105.995)	(89.950)
Obtenção de empréstimos e financiamentos	–	–	238.730	121.844
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	–	(59)	(45.538)	(130.986)
Caixa líq. consumido pelas ativ. de financ.	**(45.995)**	**(38.009)**	**87.197**	**(99.092)**
Aum. líq. de caixa e equivalentes de caixa	**276**	**3.434**	**173.377**	**104.473**
Caixa e equival. de caixa no início do exercício	8.812	5.378	177.912	73.439
Caixa e equival. de caixa no fim do exercício	9.088	8.812	351.289	177.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONTINUA >>>

CONTINUAÇÃO >>>

Madeireira Giacomet S.A. - Indústria e Comércio CNPJ 88.612.395/0001-24 - NIRE 43.300.004.210 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Consolidado	
NÃO CIRCULANTE	**2022**	**2021**
ICMS (líquido de provisão de deságio)	19.907	1.719
Demais impostos e contribuições a recuperar	3	3
Total CONSOLIDADO	**19.910**	**1.722**

8. CRÉDITOS DE DESAPROPRIAÇÃO - CONSOLIDADO: Referem-se a créditos oriundos de desapropriação de terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em fase de execução de sentença. Os valores dos títulos de dívida agrária são atualizados pelo seu valor de face mais juros de 6% ao ano e os precatórios são remunerados em 6% a.a. mais taxa referencial (TR). O cronograma de vencimentos está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
Crédito de Desapropriação	**2022**	**2021**
INCRA - 2ª Desapropriação - TDAS	1.002	961
Total Ativo Não Circulante	**1.002**	**961**

9. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Despesas antecipadas (a)	–	–	2.528	2.479
Créditos Santa Cecilia - SC (b)	–	–	812	812
Dividendos a receber Araupel S/A	32.102	40.983	–	–
Outros créditos	48	150	506	687
	32.150	**41.133**	**3.846**	**3.978**
Parcela circulante	32.150	41.133	2.985	3.114
Parcela não circulante	–	–	861	864

a) Representado por prêmios de seguros e são apropriados ao resultado pelo período de vigência da operação. b) Crédito em processo judicial oriundo da aquisição de imóvel em Santa Cecilia/SC. adquirido através do exercício de opção de compra que constou no contrato de arrendamento, porém existem pendências junto à União e Estado de Santa Catarina, impossibilitando de realizar a escrituração e consequentemente a transferência de propriedade no Registro de Imóveis. **10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO:** A composição do grupo de depósitos judiciais está assim apresentada:

	2022	**2021**
Depósitos compulsórios	5.355	3.062
Depósitos judiciais trabalhistas	319	483
TOTAL	**5.674**	**3.545**

11. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA: Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis individuais. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima mencionada são avaliados pelo custo de aquisição ou valor justo, conforme o caso. **Dados dos Investimentos Diretos:**

	Araupel S.A.		Millpar S.A.		Madegisa Inv. Ltda	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Capital Social	24.599	55.000	226.828	-	10	10
Patrimônio Líquido	194.984	416.679	338.707	-	672	12
Participação	68,3052%	68,3052%	68,3052%	-	99,9900%	99,9900%
Resultado do Exercício	58.709	161.645	105.315	-	660	5.951

Movimentação em:	Araupel S.A.		Millpar S.A.		Madegisa Inv. e Repres. Ltda		TOTAL CONTROLADORA	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Saldo inicial	**284.613**	**210.495**	**–**	**–**	**12**	**40.007**	**284.625**	**250.502**
Cessão Ações	(154.940)	38.271	154.940	–	–	–	–	38.271
Redução de Capital	–	–	–	–	–	(51.698)	–	(51.698)
Equiv. Patrimonial	8.290	108.012	103.737	-	660	15.206	112.687	123.218
(-) Divid. a Receber	(4.780)	(40.983)	(27.322)	–	–	–	(32.102)	(40.983)
Subtotal	**133.183**	**105.300**	**231.355**	**–**	**672**	**(36.492**	**365.210**	**68.808**
(-) Divid. Recebidos	–	(31.182)	-	–	–	(3.503)	–	(34.685)
Saldo final	**133.183**	**284.613**	**231.355**	**–**	**672**	**12**	**365.210**	**284.625**

12. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO - CONSOLIDADO

	Consolidado	
	2022	**2021**
Unidade de Telêmaco Borba (a)	3.926	3.926
Unidade de Quedas de Iguaçu (b)	9.383	–
	13.309	**3.926**

(a) Refere-se à Unidade de Telêmaco Borba da controlada Araupel S.A., que avaliou a recuperabilidade do ativo e reconheceu uma perda de R$ 2.075 em 2020 no seu resultado. Anteriormente se tratava de uma unidade operacional da Controlada, atualmente está destinada à locação ou venda e está registrada a custo histórico. (b) Para a Unidade de Quedas de Iguaçú, após a reestruturação societária realizada em 2022, a Companhia firmou contrato de arrendamento das instalações fabris para a Millpar S.A. **13. ATIVOS BIOLÓGICOS**

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Saldo Inicial das florestas plantadas	**48.530**	**40.815**	**88.636**	**88.637**
Custo de plantio e manutenção das florestas plantadas	347	370	347	370
(-) Exaustão florestas plantadas pelo custo de formação	(327)	(339)	(2.857)	(5.561)
Ajuste a valor justo das florestas plantadas	13.167	12.439	15.373	12.113
(-) Exaustão florestas plantadas pelo valor justo	(4.865)	(4.755)	(24.649)	(17.237)
Saldo final das florestas plantadas	**56.852**	**48.530**	**76.850**	**78.322**
Florestas compradas				
Aquisição de florestas	–	–	85.291	41.543
(-) Exaustão florestas compradas	–	–	(7.086)	(31.229)
Restruturação societária	–	–	(8.627)	–
Saldo final das florestas compradas	**–**	**–**	**69.578**	**10.314**
Saldo final das florestas plantadas + compradas	**56.852**	**48.530**	**146.428**	**88.636**

De acordo com a hierarquia da Norma Contábil de Mensurações do Valor Justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo. Dentre as premissas utilizadas no cálculo destaca-se a sensibilidade aos preços utilizados na avaliação e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado. Os preços praticados são os das regiões onde a Controladora e as Controladas Araupel S.A. e Millpar S.A desempenham as suas atividades fins, já a taxa de desconto corresponde as taxas que refletam adequadamente a remuneração do capital e riscos da Controladora e as Controladas Araupel S.A e Millpar S.A, do setor e do país. Variações significativas nos preços utilizados na avaliação resultariam em acréscimo ou decréscimo na mensuração do valor justo dos ativos biológicos. **14. IMOBILIZADO**

				Controladora
	Terrenos	**Construções**	**Outros***	**Total**
Taxa média de depreciação	**–**	**4% a.a.**	**6,67% a 25% a.a.**	**–**
Saldos em 31/12/2021	**10.025**	**721**	**256**	**11.002**
Adições	–	–	180	**180**
Depreciações	–	(90)	(78)	**(168)**
Saldos em 31/12/2022	**10.025**	**631**	**358**	**11.014**
				Controladora
	Terrenos	**Construções**	**Outros***	**Total**
Taxa média de depreciação	**–**	**4% a.a.**	**6,67% a 25% a.a.**	**–**
Saldos em 31/12/2020	**10.025**	**811**	**264**	**11.100**
Adições	–	–	48	**48**
Depreciações	–	(90)	(56)	**(146)**
Saldos em 31/12/2021	**10.025**	**721**	**256**	**11.002**

						Consolidado
	Terrenos	**Constr.**	**Máquinas Industriais**	**Outros***	**Imobiliz. em andamento**	**Total**
Taxa média de depreciação	**–**	**4% a.a.**	**10% a.a.**	**6,67% a.a. 25% a.a.**	**–**	**–**
Saldos em 31/12/2021	**233.800**	**60.778**	**77.612**	**27.160**	**6.901**	**406.251**
Adições	–	–	14	295	30.262	**30.571**
Baixas	(686)	(7)	(1.097)	(414)	(26)	**(2.230)**
Depreciações	–	(3.288)	(16.765)	(7.291)	–	**(27.344)**
Transferências	258	(2.378)	4.429	6.400	(8.756)	**(47)**
Transferências propriedade para investimento	–	(7.179)	–	(1.961)	(243)	**(9.383)**
Saldos em 31/12/2022	**233.372**	**47.926**	**64.193**	**24.189**	**28.138**	**397.818**
						Consolidado
	Terrenos	**Constr.**	**Máquinas Industriais**	**Outros***	**Imobiliz. em andamento**	**Total**
Taxa média de depreciação	**–**	**4% a.a.**	**10% a.a.**	**6,67% a.a. 25% a.a.**	**–**	**–**
Saldos em 31/12/2020	**231.130**	**61.907**	**80.967**	**24.104**	**2.577**	**400.685**
Adições	–	–	154	86	31.284	**31.524**
Baixas	–	(12)	–	(1)	(743)	**(756)**
Depreciações	–	(3.232)	(16.267)	(5.627)	–	**(25.126)**
Transferências	2.670	2.115	12.758	8.598	(26.217)	**(76)**
Saldos em 31/12/2021	**233.800**	**60.778**	**77.612**	**27.160**	**6.901**	**406.251**

* A conta "Outros" é composta por: caminhões, hardwares, implementos, instalações, móveis e utensílios, tratores e veículos. * A conta "transferência propriedade para Investimento" refere-se principalmente a Unidade de Telêmaco Borba que já foi uma unidade operacional da Companhia (Araupel S.A), e atualmente está destinada a locação ou venda e está registrada à custo histórico. **15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO:** O saldo de financiamentos das controladas Millpar S.A. e Araupel S.A. correspondem ao valor dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas.

		Consolidado	
Agente Financeiro	**Vencimentos**	**2022**	**2021**
ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio	01/2023 a 11/2026	233.562	–
ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio	03/2022 a 10/2023	–	76.538
CPR-Fs	01/2023 a 09/2027	84.684	–
CREDORES FINANCEIROS	08/2022	–	776
CPRF - USD	10/2026	–	45.003
		318.246	**122.317**
Parcela circulante		133.557	26.541
Parcela não circulante		184.689	95.776

Garantias: Todas as operações contratadas são livres de garantias, avais, ou vinculação de quaisquer outras obrigações. A operação contratada através de CPR-F possui *convenant* fixado, sendo que a controlada Millpar S.A atendeu a expectativa do exercício findo.

Cronograma de vencimentos

	Consolidado	
	2022	**2021**
Até um ano	133.557	26.541
Um a cinco anos	184.689	95.776
	318.246	**122.317**

16. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS: 16.1 Impostos Diferidos Controladora

	Controladora	
Passivos	**2022**	**2021**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído	**9.165**	**9.258**
Alíquota IRPJ	25%	25%
(=) IRPJ Diferido Passivo	**2.291**	**2.315**
Alíquota CSLL	9%	9%
(=) CSLL Diferido Passivo	**825**	**833**
Subtotal	**3.116**	**3.148**
Mais-Valia de Ativos Biológicos	**52.116**	**43.814**
Presunção de Lucro IRPJ (8%)	4.169	3.505
Alíquota IRPJ	25%	25%
(=) IRPJ Diferido Passivo	**1.042**	**876**
Presunção de Lucro CSLL (12%)	6.254	5.258
Alíquota CSLL	9%	9%
(=) CSLL Diferido Passivo	**563**	**473**
Subtotal	**1.605**	**1.349**
Total do Passivo Não Circulante	**4.721**	**4.497**

16.2 Impostos Diferidos Consolidado

				Consolidado	
				2022	**2021**
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**IR**	**CS**	**Total**	**Total**
Ativo:					
Provisão perdas c/ créditos ICMS	15.976	3.994	1.438	5.432	3.831
Provisão para contingências	5.198	1.300	468	1.768	1.851
Provisão despesas comerciais	877	219	79	298	–
Efeitos reversão receitas	4.276	1.069	384	1.453	11.380
Provisão Impairment	2.075	519	187	706	706
Variação Cambial	–	–	–	–	362
		7.101	**2.556**	**9.657**	**18.130**
Passivo:					
Custo atribuído	143.742	35.935	12.937	48.872	48.904
Ativos biológicos	57.906	2.490	1.084	3.574	9.294
Variação cambial	581	145	52	197	–
		38.570	**14.073**	**52.643**	**58.198**
Valor líquido		**31.469**	**11.517**	**42.986**	**40.068**

A Controlada Araupel S.A. reconheceu créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, os quais não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado anualmente pela controlada. Com base em projeções de resultado preparadas pela administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, a controlada espera recuperar os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social com a geração de lucros tributáveis futuros decorrentes das atividades normais e com o aproveitamento de programas de recuperação fiscal (Refis) e alienação de ativos em um período de até 10 anos. **16.3 Impostos Correntes Controladora:** Demonstrativo das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora	
	2022	**2021**
Lucro antes dos impostos	**125.244**	**134.940**
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	**(42.583)**	**(45.880)**
Despesas / receitas não dedutíveis para fins de impostos e presunção	41.779	45.274
Encargo fiscal	**(804)**	**(605)**
Impostos correntes	(580)	(400)
Impostos diferidos	(224)	(205)
Encargo fiscal	**(804)**	**(605)**
Alíquota efetiva	0,6%	0,4%

16.4 Impostos Correntes Consolidado: Demonstrativo das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	Consolidado	
	2022	**2021**
Lucro antes dos impostos	**260.328**	**257.810**
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	**(88.512)**	**(87.655)**
Despesas / receitas não dedutíveis para fins de impostos	4.019	5.607
Impostos diferido sobre varição cambial não realizada	(197)	2.424
Outros	799	(313)
Encargo fiscal	**(83.891)**	**(79.937)**
Impostos correntes	(80.948)	(78.591)
Impostos diferidos	(2.943)	(1.346)
Encargo fiscal	**(83.891)**	**(79.937)**
Alíquota efetiva	32%	31%

17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS: (a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço patrimonial:

	Circulante - Consolidado		Não Circulante - Controladora		Não Circulante - Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Contingência Trabalhistas	1.452	1.748	–	–	–	–
Contingências Cíveis	–	–	3.000	3.000	6.300	6.025
Outras Provisões	–	–	–	–	1.586	1.812
Total Passivo	**1.452**	**1.748**	**3.000**	**3.000**	**7.886**	**7.837**

Contingências Trabalhistas: A controlada Araupel S.A. é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos. As discussões envolvem principalmente reclamações de horas extras, insalubridade e periculosidade, indenizações por acidente de trabalho, entre outros. **Contingências Cíveis:** A controlada Araupel S.A. é parte em ações judiciais de natureza indenizatória, o principal processo está estimado em R$ 1.400, relacionado ao pedido de indenização por danos morais e materiais e pensão. A controladora Madeireira Giacomet S.A e a controlada Madegisa Investimentos e Representações Ltda adotaram provisões para riscos contingenciais de natureza tributária e cível, decorrentes das atividades normais de seus negócios, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis. **Contingências Tributárias:** A controlada Araupel S.A. decidiu por reconhecer uma provisão para fazer frente a uma provável saída de caixa, para a contingência representada por incertezas em relação a créditos tomados de Pis e Cofins. (b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial (consolidado):

	Consolidado	
	2022	**2021**
Tributárias	1.418	2.759
Cíveis	90.244	83.964
Trabalhistas	312	99
Total	**91.974**	**86.822**

· Tributárias - representado por autuações federais e estaduais que se encontram em andamento nas esferas administrativas e judicial. · Cíveis - a maioria das ações cíveis é de natureza indenizatória, sendo que em todas as ações já ouve a apresentação de contestação as mesmas encontram-se em fase de instrução processual, decorrentes do curso normal de suas operações. A principal ação, promovida pela controlada Araupel S.A., tem na outra parte o INCRA, na qual é discutida a validade de parte dos títulos de propriedade da terra, correspondentes a um terço de sua área total, sobre a qual tem plena convicção de que os argumentos e provas utilizadas no processo são robustos e efetivos para o sucesso neste processo. · Trabalhistas - diversas reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. **18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
INSS e Funrural	32	31	1.814	962
FGTS	10	9	513	565
PIS e COFINS	23	25	834	748
IRRF	33	27	623	599
ISSQN	–	–	–	115
Contribuição Social (a)	51	33	10.240	17.898
Imposto de Renda (a)	57	38	28.300	49.096
Outros Impostos	24	35	147	60
Total	**230**	**198**	**42.471**	**70.043**
Passivo Circulante	230	198	6.677	34.249
Passivo Não Circulante	–	–	35.794	35.794

(a) A Controlada Araupel S.A., em 2003, integralizou capital na investida Rio das Cobras Florestal Ltda, mediante aporte de investimento detido na Giacomar Indústria e Comércio Ltda, e ativos imobilizados reavaliados a mercado, a operação gerou um ganho de R$ 105.277, reconhecido no resultado da Controlada na respectiva competência, um passivo a título de imposto de renda e contribuição social foi constituído até a realização dos ativos reavaliados. **19. CAPITAL SOCIAL E DESTINAÇÃO DO RESULTADOS:** O Capital Social da Companhia está totalmente subscrito e integralizado, sendo composto de 75.900.000 ações sem valor nominal, pertencentes a acionistas residentes e domiciliados no país. Por conta do saldo de Reserva Especial de Lucros foram distribuídos em 2022 R$ 13.068 (R$ 37.950 em 2021), do resultado do exercício foram destinados R$ 90.387 (R$ 91.193 em 2021) para a Reserva Especial de Lucros.

	Controladora	
	2022	**2021**
Lucro líquido do exercício	124.440	134.658
Reserva legal	–	(2.946)
Base de cálculo para dividendos	124.440	131.712
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	**26.102**	**32.928**
Dividendo mínimo obrigatório, por ação	R$ 0,34	R$ 0,43
Demonstrativo dos Dividendos a Pagar	**Controladora**	
	2022	**2021**
Dividendo mínimo obrigatório do ano	26.102	32.928
Dividendos de anos anteriores a pagar	909	705
Total dos dividendos a pagar	**27.011**	**33.633**

20. PARTES RELACIONADAS: a) Partes Relacionadas

	Ativo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Madegisa Inv. e Representações Ltda	1.837	–	51	24
Total	**1.837**	**–**	**51**	**24**

b) Os honorários da administração estão incluídos em Despesas Gerais e Administrativas, conforme quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Diretoria e Conselhos	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Pró-labore	(534)	(482)	(5.352)	(4.249)
Encargos	(106)	(96)	(1.070)	(849)
Total	**(640)**	**(578)**	**(6.422)**	**(5.098)**

21. RECEITAS LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Receita Bruta Mercado Interno	7.979	9.381	80.803	58.054
(-) Devolução Mercado Interno	(14)	(9)	(457)	(63)
Receita Bruta Mercado Externo	–	–	822.456	671.877
(-) Devolução Mercado Externo	–	–	(1.916)	(274)
Valor Justo Ativo Biológico	13.166	12.439	13.166	12.439
RECEITA BRUTA	**21.131**	**21.811**	**914.052**	**742.033**
TRIBUTOS SOBRE AS VENDAS	**(778)**	**(1.126)**	**(8.722)**	**(8.150)**
COFINS	(239)	(281)	(5.700)	(3.885)
Contribuição Previdenciária Rural	(163)	(186)	(872)	(1.568)
ICMS	(324)	(598)	(903)	(1.839)
IPI	–	–	(10)	(15)
PIS	(52)	(61)	(1.237)	(843)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**20.353**	**20.685**	**905.330**	**733.883**

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Custos fixos e variáveis	(5.191)	(5.094)	(289.245)	(336.106)
Despesas portuárias, armazenagem e fretes	–	–	(184.653)	(108.158)
Gastos com pessoal	(1.851)	(1.690)	(105.383)	(13.600)
Comissões	–	–	–	(1.252)
Serviços de terceiros	(915)	(837)	(9.733)	(5.696)
Depreciação e amortização	(170)	(147)	(26.857)	(490)
Publicidade	(42)	(56)	(42)	(727)
Energia elétrica	(62)	(88)	(20.503)	(102)
Infraestrutura	(200)	(10)	(200)	(1.156)
Veículos	(334)	(430)	(334)	(434)
Outros gastos	(270)	(251)	(8.590)	(4.345)
	(9.035)	**(8.603)**	**(645.540)**	**(472.066)**
Despesas com vendas	–	–	(190.251)	(113.363)
Despesas administrativas	(1.651)	(1.404)	(33.478)	(20.492)
Custos	(7.384)	(7.199)	(421.811)	(338.211)
	(9.035)	**(8.603)**	**(645.540)**	**(472.066)**

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Outras receitas operacionais	**217**	**140**	**11.369**	**10.726**
Aluguel	5	21	5	21
Outras receitas	15	–	1.334	5.242
Ganho s/ Venda Ativos	4	43	7.899	4.816
Recuperação de créditos	193	76	1.390	76
Reintegra	–	–	741	571
Outras despesas	**–**	**(500)**	**(4.851)**	**(5.160)**
Honorários profissionais	–	–	(2.065)	(4.641)
Baixa ativo fixo	–	–	(913)	–
Provisão de liquidação duvidosa	–	–	–	2.541
Perda no recebimento de crédito	–	–	–	(4.821)
Reclamatórias cíveis e trabalhistas	–	–	(1.389)	(284)
Provisão para riscos e contingências	–	(500)	247	2.045
Outras despesas	–	–	(731)	–
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	**217**	**360**	**6.518**	**5.566**

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Receitas financeiras	**1.045**	**335**	**16.132**	**4.580**
Juros e descontos ativos	10	1	751	1.263
Receitas de aplicações financeiras	1.035	334	15.333	3.283
Outras Receitas	–	–	48	34
Despesas financeiras	**(23)**	**(12)**	**(22.112)**	**(14.153)**
Juros e descontos passivos	(23)	(12)	(663)	(82)
Juros sobre financiamentos	–	–	(7.994)	(6.262)
Variações passivas e cambial líquida	–	–	(7.362)	(3.129)
Outras despesas financeiras	–	–	(1.387)	(598)
Reversão (Provisão) multas sobre impostos	–	–	–	1.008
Deságio sobre venda de crédito ICMS	–	–	(4.706)	(5.090)
Resultado financeiro	**1.022**	**323**	**(5.980)**	**(9.573)**

25. RESULTADO POR AÇÃO: O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais, potenciais diluidoras.

	2022	**2021**
Resultado atribuível aos acionistas da companhia (em milhares de reais)	124.440	134.658
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares)	75.900	75.900
Resultado básico/diluído por ação - (valores expressos em Reais)	**1,64**	**1,77**

DIRETORIA

André Cagliari - Diretor - CPF: 405.292.400-25

Caroline Sambaquy Giacomet - Diretora - CPF: 980.460.040-49

CONTADOR

Marco Antônio Dal Pai - Téc. Cont. CRC-RS: 39.807 - CPF: 414.076.280-20

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da **MADEIREIRA GIACOMET S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da MADEIREIRA GIACOMET S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da MADEIREIRA GIACOMET S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado e de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo

CONTINUA >>>

CONTINUAÇÃO >>> **Madeireira Giacomet S.A. - Indústria e Comércio CNPJ 88.612.395/0001-24 - NIRE 43.300.004.210 RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. · Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade · Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. · Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 04 de abril de 2023.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

banrisul consórcio

BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ/MF nº 92.692.979/0001-24
NIRE 43300013651
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas dia 26 de abril de 2023, às 15 horas, na Sede da Companhia, na Rua Caldas Júnior, nº 108 - 4º andar, em Porto Alegre – RS, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;
2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022;
3. Deliberar sobre a proposta de Orçamento de Capital elaborada para fins do Art.196, da Lei nº 6.404/76;
4. Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos Administradores, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal;
5. Eleger os membros do Conselho de Administração;
6. Eleger membros do Conselho Fiscal, efetivos e respectivos suplentes.

EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Deliberar sobre a proposta de alteração do objeto social da Sociedade;
2. Deliberar sobre a proposta de aumento do capital social de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) para R$330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de reais), sem a emissão de novas ações, oriundos da Reserva Especial de Lucros no valor de R$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais);
3. Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social, no seguinte sentido: (i) Caso aprovado o item 1 da Ordem do dia, alterar o Art. 1º para ajustar o objeto social da Sociedade; (ii) Caso aprovado o item 2 da Ordem do dia, alterar o Art. 3º para refletir o novo valor do capital social da Companhia; (iii) Alterar a redação do § 2° do Art. 8º para melhoria e ajuste redacional; (iv) Ajustar a redação Art. 13 para melhoria redacional; (v) Ajustar a redação do § 3° do Art. 13 para refletir as competências do Presidente do Conselho de Administração e Melhoria redacional; (vi) Ajustar a redação do Art. 15, para refletir a prática e melhoria redacional;
4. Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações referidas no item “3” acima.

Nos termos do parágrafo primeiro do Art. 126, da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários. Com o objetivo de organizar os trabalhos das Assembleias, o instrumento de mandato e os demais atos societários que comprovem a regularidade da representação podem, a critério do acionista, ser depositados na sede da Companhia, na Rua Caldas Júnior, nº 108 - 4º andar – Unidade de Governança Corporativa, preferencialmente, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data prevista para a realização das Assembleias Gerais. Os documentos relativos aos itens das Ordens do Dia encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na Sede Social da Banrisul S/A Administradora de Consórcios.

Porto Alegre, 18 de abril de 2023.

Fernando Postal
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 9 9649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC